



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 2 DE MAIO DE 2007.

108

6

114 *bandas*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta da sessão extraordinária do Projeto de Lei nº 267, de 2007, que cria o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Brasília Ambiental, bem como do Projeto de Lei nº 276, de 2007, que autoriza a CAESB a participar de sociedade de propósito específico.

Solicito a V.Exa. que defira o meu pedido e inclua esses dois projetos na Ordem do Dia desta sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acato a solicitação do Deputado Leonardo Prudente. Esses dois itens serão incluídos como os dois primeiros itens da pauta da sessão extraordinária.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 267, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "cria o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	2

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CDESCTMAT
Deputado - CAS
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer sobre as dez subemendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 267, de 2007.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas discussões feitas com o Governo, ficou acordado que essas emendas seriam retiradas.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de um acordo feito com a Liderança do Governo nesta Casa, eu gostaria de retirar as emendas. Elas serão reapresentadas no segundo turno, desde que haja acordo amanhã. Assumi o compromisso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	3

com o Líder do Governo de que daria um prazo até terça-feira para avaliar o projeto em segundo turno. Ainda temos de conversar com o Governador e definir qual a melhor decisão a ser tomada. Portanto, solicito a retirada das nove emendas de minha autoria apresentadas em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acafo a solicitação do Deputado Rôney Nemer.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Foram apresentadas dez emendas ao projeto e todas elas foram retiradas. No entanto, o substitutivo que já foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e também na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo deve ser apreciado pelas outras duas comissões.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para proferir parecer pela Comissão de Assuntos Sociais ao projeto do Brasília Ambiental, que propõe um crescimento e um ordenamento sustentável na nossa cidade.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 267, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	4

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do referido projeto na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Pedro Passos, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

O Deputado Pedro Passos designou o Deputado Milton Barbosa como Relator.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 267/2007, que "cria o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências".

Este projeto já foi aprovado na forma do substitutivo pelas outras comissões. É só dar continuidade.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	5

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. ✓

Em discussão o Projeto de Lei nº 267, de 2007.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto em tela visa à criação de órgão para unir em si a ação de fiscalização, de licenciamento e de gestão executiva do meio ambiente no Distrito Federal. Nós vimos, durante o debate de mais de quinze dias, alguns problemas. O primeiro era relativo à paridade da formação desse conselho, que vai gerir o fundo, já criado por lei anterior. Logramos êxito na proposta de composição paritária com a participação da sociedade civil e de entidades que trabalhem no setor.

De outro ângulo, também fizemos o questionamento acerca de um crédito que era colocado no projeto e que, ao que nos parecia, não era a via própria para o debate do crédito. Também, dessa vez, logramos êxito na extração.

Quanto à composição dos cargos públicos, a bancada do Partido dos Trabalhadores sempre fez a opção por concursados efetivos.

Por fim, a colocação dos 168 cargos criados, numa redução de algo em torno 40% de todos os órgãos que, unidos, deram ensejo a essa –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	6

digamos assim – fundação autárquica, esse ente público. Todos esses cargos tinham sido extraídos daquele banco, não se criando, portanto, novo rol de cargos. Nisso concentrou-se o substitutivo que V.Exa. apresentou na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo em nome da bancada do Partido. E, na defesa efetiva dessa tese, não há – com os dois anos garantidos, o máximo para *que se faça concurso público – mais a fazer senão fiscalizar efetivamente a execução do programa desse órgão.*

Quanto às emendas relativas à organização da fiscalização, apresentadas pelo Deputado Rôney Nemer, nós propusemos ao nobre Deputado que esse debate fosse realizado por ocasião da reunião de todo o pessoal da Fiscalização da Saúde Ambiental em – segundo o que ouvimos falar – agência com esse escopo, que ainda não veio a esta Casa e, por isso, ainda não entrou em debate na pauta legislativa.

Sr. Presidente, é por isso que nós do Partido dos Trabalhadores nos manifestamos favoravelmente ao substitutivo em debate.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. ✓

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	7

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Deputado Milton Barbosa foi designado relator do Projeto de Lei nº 276/2007 e solicitou vista do mesmo. S.Exa. solicita mais cinco minutos.

A Presidência informa a todos os Parlamentares que a sessão será suspensa por cinco minutos para que o Deputado Milton Barbosa possa apresentar o seu parecer.

(Suspensa às 17h57, a sessão é reaberta às 18h01.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, de autoria do Poder Executivo, do Projeto de Lei nº 276, de 2007, que "autoriza a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB a participar de uma sociedade de propósito específico e dá outras providências".

Relatores: Deputado Leonardo Prudente

-CEOF

Deputado Batista das Cooperativas

-CDESCTMAT

Deputado

-CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 276/2007, que "autoriza a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	8

CAESB a participar de uma sociedade de propósito específico e dá outras providências”.

Solicitei vista deste projeto de lei por vinte e quatro horas, mas verifiquei que poderíamos produzir o parecer, o que não foi feito pelo Deputado Pedro Passos – estava com S.Exa. –, e também prestar ou obter alguns esclarecimentos.

Fala-se muito que a CAESB pretendia participar de uma concorrência internacional quando, aqui em Brasília, há muito o que fazer. Mas uma coisa não inviabiliza a outra, não! Ela vai investir fora, vai transferir ou mostrar a tecnologia que tem e continuará a trabalhar! Não há problema!

Então, o parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado pelo Sr. Líder do Governo, Deputado Paulo Roriz.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. ✓
Houve 5 votos contrários – os Deputados Reguffe, Chico Leite, Erika Kokay, Cabo Patrício e Paulo Tadeu votaram contra.

Em discussão o Projeto de Lei nº 276, de 2007.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	9

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto foi obra de discussão, e eu quero aqui frisar a presteza do nobre Líder do Governo, Deputado Paulo Roriz. Pudemos fazer um debate entre as duas Lideranças que demandou mais de dez dias.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que admitamos dois pontos básicos que este Projeto de Lei traz a esta Casa. O primeiro deles é admitir, como outrora esta Câmara já admitiu, com um cheque em branco, que se invista cerca de 23 milhões de dólares, a rigor, em risco ao Erário, pois, em suma, de quem são esses recursos? Do Erário! E sem haver um plano de execução capaz de demonstrar que há alguma segurança, que não vamos perder.

Se é possível, nobre Deputado Aylton Gomes, Presidente, Deputado Alírio Neto, Deputado Benício Tavares, Deputado Batista das Cooperativas, que, em casos como esse, cada um de nós possa empregar recursos próprios, particulares, para fazer o que quiser, não é possível que se faça o mesmo com recursos públicos! Não é possível que esta Casa dê um cheque em branco para que se faça isso com o que é público, Sr. Presidente, Srs. Deputados! É inadmissível!

De outro ângulo, é preciso que se faça um outro debate sobre qual é a função da CAESB. Falo de todo o Distrito Federal. Não me refiro apenas à chamada "grande Brasília", mas também aos condomínios. Enquanto há áreas sem saneamento, não alcançadas por essa obrigação estatal, do Governo, nós investimos recursos públicos para operar o saneamento de outras áreas no exterior! Esse é o segundo ponto, Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	10

Presidente, Srs. Deputados, pelo qual, em nossa opinião, não se sustenta o projeto em mesa.

Assim, por obra de um debate aprofundado, altivo, Deputado Paulo Roriz, com todo um estudo de natureza técnica e orçamentária que fizemos, eu preciso dizer: manifestar-nos-emos, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, contrariamente a esse projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem cinquenta mil habitações no Distrito Federal que não têm saneamento básico. Há 460 condomínios em processo de regularização. O Governo assumiu, por meio do programa Água Nossa, o estabelecimento de água de qualidade em apenas 203 condomínios, Deputado Pedro Passos, defensor tão assíduo dos condomínios. Se considerarmos os 75 condomínios a serem abastecidos com água de qualidade, medida prevista para este ano, haverá um total de 278. Ainda que seja efetivada a meta deste ano, haverá 180 condomínios sem água de qualidade! Há cinquenta mil domicílios sem saneamento básico!

A função precípua da CAESB é possibilitar qualidade de vida à população por meio da coleta e do tratamento do esgoto e do fornecimento de água de qualidade. Portanto, deveriam ser, em primeiro lugar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	11

universalizados a coleta e o tratamento de esgotos, bem como o fornecimento de água de qualidade no Distrito Federal. Após isso, sim, deveria se pensar em investir em consórcios internacionais na cidade do México, particularmente.

Quero saber, Deputado Rogério Ulysses: como vamos discutir isso em nossas cidades, como na cidade de São Sebastião e em tantos condomínios em que a população não tem aquilo que é fundamental para sua saúde, para sua qualidade de vida? Como vamos justificar que, nesta Casa, aprovamos um projeto que autoriza que a CAESB invista 23 milhões de dólares – porque essa é a autorização que esta Casa vai conceder – em um consórcio no exterior?!

Alguém me perguntou: “Mas isso vai trazer lucro para a CAESB? Esse lucro poderá ser reinvestido no Distrito Federal?” Eu respondo: não sabemos.

O Governo solicita que esta Casa autorize esse investimento, a critério da diretoria da CAESB, para aplicação ou não nesse consórcio, sem um estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento.

Volta à memória quantas vezes dissemos aqui que estaríamos colocando a CEB sob um risco temerário se autorizássemos o investimento em Corumbá IV. Hoje, não só esta Casa, mas o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Justiça também o dizem: o investimento em Corumbá IV colocou em risco a saúde de uma estatal do Distrito Federal tão saudável como a CEB.

Por isso, não há como aprovarmos esse aporte de recursos, autorizando a CAESB, sob a decisão da sua direção, a investir 23 milhões



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	12

de dólares num consórcio internacional sem a universalização do serviço de água no Distrito Federal. E, particularmente, sem um estudo que mostre que não estamos aqui tendo uma ação temerária que coloque em risco essa empresa e, portanto, a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Caberia a nós aprovarmos o plano de saneamento a que esta Casa nunca se dedicou e que é previsto pela Lei Orgânica.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não posso deixar de corroborar as palavras da Deputada Erika Kokay.

De fato, todos nós que conhecemos bem o Distrito Federal sabemos da situação precária em que vivem milhares de famílias: água de qualidade duvidosa, lençóis freáticos contaminados e todas as dificuldades impostas àquelas pessoas mais humildes, que não têm abastecimento de qualidade.

Deputado Chico Leite, é claro que todos nós desejamos que se priorize o atendimento dos nossos cidadãos, dos nossos brasilienses, principalmente dos que mais sofrem com a falta desse investimento. E aí, nós citamos uma dezena de locais: Estrutural, Itapoã, Arapoanga, os condomínios... A periferia mais humilde e mais simples é a que mais sofre com a falta desse investimento. Portanto, acho que realmente a CAESB precisa priorizar esses investimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	13

Mas eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que recebemos hoje informações da CAESB de que esse projeto é um investimento, um negócio altamente cobiçado no meio empresarial. Todas as empresas estatais de Minas... de São Paulo... lutam para conseguir o que a CAESB conseguiu. É um investimento de alta expectativa de retorno financeiro. O mercado briga nacionalmente para poder conseguir o que a CAESB conseguiu: disputar uma licitação internacional para fazer uma estação de tratamento de água potável em Guadalajara. Isso trará retorno financeiro significativo para o Distrito Federal.

Portanto, nós não podemos deixar de fazer esse investimento, Deputado Rogério Ulysses. A empresa de tratamento de água de São Paulo quer o nosso lugar! A empresa de tratamento de água do Rio de Janeiro e de Minas Gerais querem o nosso lugar! É um privilégio! A CAESB só conseguiu isso porque é a única empresa de saneamento do Brasil que tem atestado de tratamento terciário de esgoto, que é o tratamento feito com a água que retorna para o Lago Paranoá.

Não podemos deixar de aproveitar essa oportunidade de investimento, que trará retorno significativo para o Governo do Distrito Federal...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concederei mais um minuto a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Portanto, Sr. Presidente, é um investimento que orgulhará a nós, brasilienses, por termos uma empresa local disputando de igual para igual com grandes multinacionais no mercado internacional – algo que ela não teria condições de fazer sozinha, porque o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	14

aporte é da ordem de mais de cem milhões de dólares. Teremos orgulho de ter a CAESB em Guadalajara, concorrendo de igual para igual e trazendo recursos de volta, Deputado Leonardo Prudente. Se Deus quiser, esses recursos serão oriundos do lucro a ser obtido com essa operação.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas reiterar e endossar as palavras do nobre Deputado Pedro Passos e cumprimentar, nesta oportunidade, todos os servidores da CAESB. Isso não é fruto apenas de sua diretoria, mas de todo o seu corpo técnico, que qualificou e habilitou a empresa a participar de um negócio internacionalmente cobiçado, como disse o nobre Deputado Pedro Passos.

Lembro-me, Deputado, de que a Caixa Econômica Federal, instituição de onde provém a nobre Deputada Erika Kokay, está abrindo uma agência em Tóquio, no Japão, para emprestar dinheiro aos japoneses – dinheiro que saiu do Brasil. Não tenho dúvida de que será um negócio altamente lucrativo para o nosso País. Da mesma forma que o Governo do PT, do Presidente Lula, está fazendo os seus investimento lá fora, a CAESB também vai fazer investimentos fora do Brasil.

Acredito que, no dia em que o nobre Deputado Chico Leite estiver passeando em Guadalajara, S. Exa. se sentirá orgulhoso em ver o escritório da CAESB bem situado naquela cidade. Não tenho dúvida de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	15

S.Exa. vai se orgulhar de ser um brasiliense de coração, apesar de ser cearense de nascimento.

Tenho certeza, Deputado Chico Leite, de que V.Exa., ao passear em Guadalajara, certamente ficará orgulhoso de ver a empresa da cidade que V.Exa. tanto ama estar explorando um negócio que será rentável aos cofres do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início, causou-me muita estranheza esse projeto e quero pegar alguns argumentos da Deputada Erika Kokay.

Quando fui conversar com os técnicos, na sala do “cafezinho”, para que eles me explicassem melhor o conteúdo do projeto e o destino desse dinheiro, o meu questionamento foi o seguinte: como a CAESB deixa, por exemplo, hoje, em São Sebastião, o Residencial Oeste, a área mais carente daquela cidade, sem esgoto e se propõe a fazer um investimento no México? Da mesma forma, o Deputado Aylton Gomes citou, junto com o Deputado Berinaldo Pontes, a questão do Arapoanga.

O que, de certa forma, nos convenceu foi que esses mesmos técnicos nos disseram que iriam buscar recursos junto a bancos para poderem financiar essa operação no exterior. Isso nos tranqüilizou porque, por mais que saibamos que possa vir a ser uma atividade que venha a gerar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	16

lucro, é complexo destinarmos tanto dinheiro, sendo que, no Distrito Federal, há várias regiões que precisam de investimento na área social.

Se a CAESB acha que, neste momento, pode fazer investimento do ponto de vista comercial, isso é um orgulho para o Distrito Federal, mas queremos agilidade nas questões sociais. A contrapartida para que possamos apoiar esse projeto na Câmara Legislativa é que tenhamos o compromisso da CAESB de tentar solucionar, o quanto antes, o problema dessas regiões carentes do Distrito Federal que sofrem com a falta de saneamento básico e de esgoto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito aos Deputados que me antecederam cópia do estudo de viabilidade econômico-financeira. Não posso dizer que é um negócio rentável sem saber a posição de endividamento da CAESB e, muito menos, sem saber qual é a planilha de estudo que atesta a viabilidade econômico-financeira do empreendimento.

Se os Deputados dizem que é um negócio rentável, solicito mais estudos para que eu possa me posicionar e, quem sabe, rever minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	17

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sou leviano, nem injusto; sempre tomo cuidado para não ser irresponsável.

A questão da CAESB não tem o menor cabimento. Como uma empresa que não consegue cuidar direito do Distrito Federal pode querer cuidar do México? Se houvesse um estudo de viabilidade econômico-financeira que apontasse um lucro monstruoso, com risco perto de zero, eu até aceitaria. Poderia haver em Brasília diminuição do valor cobrado na conta de água. Não quero acreditar na hipótese de o contribuinte do Distrito Federal ter de subsidiar um projeto no México e de ver os impostos serem investidos em um projeto naquele país.

Enquanto não me provarem que, em Brasília, o contribuinte não corre o risco de ver o dinheiro dos seus impostos irem pelo ralo, votarei contra o projeto.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esclareço à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Reguffe que não cabe a esta Casa analisar demonstração física e financeira ou expectativa de lucro e de custo. As empresas têm diretoria constituída e são responsáveis pela atividade que executam. Os diretores respondem civil e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	18

criminalmente pelo atos da empresa. Cabe a eles uma avaliação de procedimento.

Estamos deliberando para que a empresa possa, ou não, ter opção. Se ela fizer um investimento irresponsável, quem responderá por isso será aquele que vai decidir sobre esse tipo de investimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em 1º turno com a presença de 19 Deputados. Houve 5 votos contrários – os Deputados Cabo Patrício, Erika Kokay, Chico Leite, Reguffe e Paulo Tadeu votaram "não".

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qual é o item nº 3?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Deputado Paulo Tadeu lerá o projeto e a ementa. S.Exa. está sugerindo que passemos ao item nº 4.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	19

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto é de 2º turno. Deveríamos votar primeiro os projetos de 1º turno e, depois, os de 2º turno.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que nos passassem cópia dos projetos a serem votados para que tenhamos consciência do que estamos votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A pauta está sendo distribuída. Os projetos tramitam na Casa há muito tempo. Se suspendermos a sessão para tirarmos cópia para todos os Deputados, inviabilizaremos os trabalhos. Leremos a ementa. Se algum Parlamentar tiver dúvida, o projeto original estará aqui à disposição.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, de autoria do Deputado Pedro Passos, do Projeto de Lei nº 2/2007, que "altera a Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que "dispõe sobre o sistema de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	20

remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 3/2007, de autoria do Deputado Reguffe, que “revoga o § 3º do art. 1º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal”.

Relatores: Deputado -MD
Deputado -CCJ.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. *Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, solicito o desapensamento do meu projeto do projeto do Deputado Pedro Passos. Este cuida do 14º, do 15º e da convocação extraordinária no mesmo projeto. Ressalto, porém, que esta última só pode ser alterada por meio de proposta de emenda à Lei Orgânica, enquanto a questão que envolve o 14º e o 15º pode ser tratada em projeto de lei. Como o meu projeto se refere apenas ao 14º e ao 15º, está regimentalmente correto. Por isso, solicito o desapensamento dos dois projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Reguffe, o Relator da Mesa Diretora, Deputado Brunelli, já tinha identificado esse problema. Portanto, indefiro a solicitação de V.Exa., tendo em vista que o Deputado Relator já está retificando a falha. Inclusive, S.Exa. apresentará



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	21

um substitutivo, como acordado com a Mesa. Cabe a S.Exa. corrigir o projeto e dizer se ele é inconstitucional ou não, se a matéria deve ser tratada por meio de proposta de emenda à Lei Orgânica, de projeto de lei, de projeto de resolução ou de projeto de decreto legislativo. Somente o Relator poderá retificar essa falha, caso ela ocorra.

Os projetos foram apensados porque alteram a mesma lei.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito também o destaque de todos os artigos do substitutivo do Deputado Brunelli, até porque S.Exa. insere os §§ 4º e 5º, que são idênticos aos constantes no ato da Mesa Diretora; ou seja, não alteram nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - V.Exa. está solicitando destaque de algo que ainda não foi apresentado oficialmente.

V.Exa. pode oferecer o destaque, é um direito que lhe pertence. Entretanto, deve fazê-lo após a apresentação do substitutivo.

DEPUTADO REGUFFE - Agradeço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito ao Deputado Brunelli que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº 21-1 /2007

Da MESA DIRETORA sobre o Projeto de Lei nº 2/2007, que “altera a Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28 § 2º, da Constituição Federal”.

AUTOR: Dep. Pedro Passos

RELATOR: Dep. Brunelli

I - RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Mesa Diretora o Projeto de Lei nº 3/2007, que “dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28 § 2º, da Constituição Federal”.

A proposição em seu art.1º revoga o § 3º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999.

O art. 2º modifica o § 1º do art. 1º, dando-lhe a seguinte redação:

“art. 1º



§ 1º O subsídio de que trata este artigo será devido em igual número de parcelas pagas aos Deputados Distritais, ficando vedado o seu pagamento na sessão legislativa extraordinária.”

Os arts. 2º e 3º tratam das cláusulas de vigência e revogação, previstas na Lei de Introdução ao Código Civil, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

O autor argumenta em sua justificação que, num país como o Brasil, cujo salário mínimo não chega a duzentos dólares, é inaceitável que os deputados eleitos pela população recebam, além do 13º salário, o 14º e 15º salários agregados aos seus rendimentos, sob a denominação “ajuda de custo”.

Expõe ainda que o Brasil passa por um momento de reflexão e de mudanças, onde a moralidade e a ética, são fatores considerados essenciais e assim devem ser seguidos pelos poderes públicos constituídos.

Durante o prazo regimental, previsto no § 1º do art. 224 do RI/CLDF, não foram apresentadas emendas à Mesa Diretora.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 39, § 1º, inc. IV, do Regimento Interno desta Casa, incumbe a Mesa Diretora, na direção dos trabalhos legislativos:



“IV - emitir parecer sobre matéria regimental ou da administração interna da Câmara Legislativa, quando a proposição não for de sua Autoria”.

Antes de detalhar meu voto a respeito da matéria em questão, invoco o art. 154, § 1º do RICLDF, bem como os princípios da economicidade e eficiência, para requerer a esta egrégia Mesa Diretora a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 2/2007, de autoria do Dep. Pedro Passos – PMDB e o 3/2007, de autoria do Dep. Reguffe – PDT, por se tratar de proposição da mesma espécie e versarem sobre matéria análoga ou correlata:

“Da Tramitação Conjunta

Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratar de matéria análoga ou correlata.

§ 1º A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou Comissão”.

A única diferença encontrada entre os dois projetos citados, é o fato de o primeiro texto, em seu art. 2º, estabelecer o não pagamento pela convocação extraordinária de deputado distrital.

Quanto aos PL's nºs 2/2007 e 3/2007, faz-se necessário, antes de entrarmos no cerne do tema escolhido, inclusive no afã de melhor entender os institutos jurídicos postos a modificação, conceituar, frente ao direito administrativo, o que vem a ser “agente político”.



Agentes políticos são *"os titulares de cargos estruturais na organização política do País, ou seja, ocupantes dos que integram o arcabouço constitucional do Estado, o esquema fundamental do Poder".*¹ Portanto, Agente Público é o gênero que abrange o agente político (espécie).

O vínculo exercido entre estes agentes e o Estado, portanto, não é profissional, e sim, de natureza política, porquanto exercem um *múnus público*.

Nessa teoria, o saudoso Hely Lopes Meirelles nos ensina com propriedade que *"agentes políticos são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais".*²

Ainda a respeito do assunto em pauta, vale mencionar o que diz a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quando afirma: *"a função política implica uma atividade de ordem superior referida à direção suprema e geral do Estado em seu conjunto e em sua unidade, dirigida a determinar os fins da ação do Estado, a assinalar as diretrizes para as outras funções, buscando a unidade de soberania estatal".*³

Essas funções políticas estão abarcadas pelo Poder Legislativo e Executivo, como também pelo Poder Judiciário e Ministério Público. Nesta

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Apostamentos sobre os agentes públicos*. São Paulo, RT, 1975.

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo, Malheiros Editores, 2000.

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo, Atlas, 1999.



categoria encontram-se os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) e seus auxiliares imediatos (Ministros e Secretários de Estado e de Município); os membros das Corporações Legislativas (Senadores, Deputados e Vereadores); os membros do Poder Judiciário (Magistrados em geral); os membros do Ministério Público (Procuradores da República e da Justiça, Promotores e Curadores Públicos); os membros dos Tribunais de Contas (Ministros e Conselheiros); os representantes diplomáticos e *“demais autoridades que atuem com independência funcional no desempenho de atribuições governamentais, judiciais ou quase-judiciais, estranhas ao quadro do serviço público”*.⁴

Hely Lopes, com a propriedade de sempre, afirma: *“O art. 37, XI, da CF de 1988, com a redação da EC 19/98, consagra esse entendimento. De fato, essa norma, ao relacionar os agentes políticos remunerados mediante subsídio, menciona os ‘membros de qualquer dos poderes’, ‘os detentores de mandato eletivo’, e emprega, a seguir, a expressão ‘e dos demais agentes públicos’, deixando, assim, entrever que outros agentes também são considerados agentes públicos”*.⁵

É totalmente controvertida e embaraçosa, portanto, o foco que o primeiro autor quis impregnar em sua justificação, ao querer comparar agentes políticos e os trabalhadores em geral, cuja maioria esmagadora é mal remunerada, recebendo rendimentos mensais inferiores a duzentos dólares.

⁴MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Pág. 73.

⁵ Op. Cit. Pág. 73.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Assim sendo, em que pese a nobre iniciativa do insigne autor da proposição, há reparos a fazer, sobretudo no que diz respeito às argumentações tecidas na justificação da proposição.

Na verdade esta ajuda de custo é legal e constitucional, não infringindo leis ou normas. Trata-se de um direito disponível. Essas ajudas de custo, de certa forma, resguardam o agente político de pressões, mesmo que legítimas. A independência financeira do parlamentar é um dado importante para que ele possa exercer seu mandato acima das pressões de grupos organizados, muitas vezes defensores de interesses conflitantes com as expectativas da sociedade.

Dentro desse contexto é totalmente equivocado, entender e sustentar que o pagamento dessas ajudas de custo constitui-se privilégio conferido aos parlamentares desta Casa. A alegação do autor é a de que um trabalhador comum, na iniciativa privada, não possui o direito correspondente. A estes, é certo, também são conferidos direitos que não são cogitados em relação àqueles, e nem por isso se discute a validade e a legitimidade de tais concessões.

O importante é que a sociedade entenda existir torneiro mecânico que trabalha na indústria automobilística e outro que se torna Presidente da República. E, a este último, é dado tratamento diferenciado em razão do cargo que ocupa.

Longe, portanto, de constituir-se um privilégio, essas ajudas de custos tem o caráter de proteção ao ocupante do cargo político, garantindo-lhe

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

desse modo, a execução regular de suas atividades tendo em vista sempre e exclusivamente o alcance do *interesse coletivo*.

Quanto ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2/2007, vale ressaltar algumas considerações a respeito da importante proposta trazida ao debate pelo ilustre autor.

A Emenda Constitucional nº 50, de 14 de fevereiro de 2006, trouxe mudanças relevantes ao instituto da convocação extraordinária de parlamentar, principalmente nos art. 6º e 7º do art. 57 da CF:

**“EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 50, DE 14 DE FEVEREIRO
DE 2006**

Modifica o art. 57 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

.....

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

....."

(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação”.

Pois bem, o parágrafo 7º tem enfrentado uma longa história de modificações. Inicialmente, o parágrafo previa que na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberaria sobre a matéria para a qual fosse convocado.

A **Emenda Constitucional nº 19** acrescentou referência à proibição de se receber o pagamento de parcela indenizatória superior ao subsídio mensal. Isto se deu em razão da Emenda 19 ter estabelecido a remuneração dos agentes políticos brasileiros por meio do chamado *subsídio*.

A **Emenda 32**, conhecida como a *Emenda das Medidas Provisórias*, estabeleceu que na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberaria sobre a matéria para a qual fosse convocado, exceto a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O referido § 8º tanto **previa** como **prevê** que, havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

Apesar de tudo o que se passou, o atual § 7º estabelece que na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, **vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.**

Isto quer dizer que os membros do Congresso Nacional **não mais receberão parcelas indenizatórias em razão das futuras convocações extraordinárias do Congresso Nacional.** Tal medida representa o esforço do Poder Legislativo Nacional de se adaptar à nova realidade de contenção de despesas públicas e de oferecer uma resposta adequada aos eleitores frente às denúncias de privilégio aos integrantes do Congresso apresentadas por segmentos organizados da sociedade.

Diante disso, observa-se que o parágrafo 7º do art. 57 da Constituição Federal é auto-aplicável, de modo que qualquer determinação dele decorrente deve ser observada a partir da sua entrada em vigor (14 de fevereiro de 2006).

Na decorrência lógica de um sistema jurídico constitucionalista, deve haver a aplicação do art. 57, § 7º da Constituição Federal à Câmara Legislativa do Distrito Federal, idéia reforçada pelo princípio da simetria.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

extraordinárias do Congresso Nacional. Tal medida representa o esforço do Poder Legislativo Nacional de se adaptar à nova realidade de contenção de despesas públicas e de oferecer uma resposta adequada aos eleitores frente às denúncias de privilégio aos integrantes do Congresso apresentadas por segmentos organizados da sociedade.

Diante disso, observa-se que o parágrafo 7º do art. 57 da Constituição Federal é auto-aplicável, de modo que qualquer determinação dele decorrente deve ser observada a partir da sua entrada em vigor (14 de fevereiro de 2006).

Na decorrência lógica de um sistema jurídico constitucionalista, deve haver a aplicação do art. 57, § 7º da Constituição Federal à Câmara Legislativa do Distrito Federal, idéia reforçada pelo princípio da simetria.

Mesmo reconhecendo a intenção do ilustre autor da proposta, Dep. Pedro Passos, o art. 2º de sua proposição não merece prosperar porque a matéria tem que ser discutida através de uma Proposta de Emenda a Lei Orgânica – PELO, haja vista tratar-se de matéria Constitucional, com reflexos na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Com o objetivo de colaborar com a iniciativa no nobre parlamentar, apresento um substitutivo à proposição inicial, a fim de adequá-la a boa técnica legislativa, juridicidade e constitucionalidade. O substitutivo tem por objetivo dar autonomia a cada parlamentar, se ele entender que deve abrir mão dos benefícios do 14º e 15º salários.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O parlamentar, se for do seu interesse, poderá fazê-lo por um ato próprio a ser encaminhado à Mesa Diretora desta Casa, explicitando os motivos que o levaram a abdicar do 14º e do 15º salário. A dispensa dessas ajudas de custo passa a ser um direito disponível a cada parlamentar e, não um dever.

Isto posto, por atender a preceitos constitucionais e jurídicos, em conformidade com o art. 154, § 1º do RICLDF, somos pela **ADMISSIBILIDADE** dos PL's nº 2 e 3 de 2007, na forma do substitutivo apresentado pela Mesa Diretora.

Sala das Reuniões, em 02 de maio de 2007.

DEP. ALÍRIO NETO

Presidente

DEP. BRUNELLI

RELATOR

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEIS NºS 2 e 3/2007
(DA MESA DIRETORA)**

**Dispõe sobre o sistema de remuneração dos
Deputados Distritais de que tratam os arts. 27,
§ 2º, e 28 § 2º, da Constituição Federal.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica acrescido dos §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, dando-lhes a seguinte redação:

§ 4º - O Parlamentar poderá optar por não receber os benefícios de que trata o parágrafo anterior mediante requerimento a Diretoria de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que fica autorizada a não efetuar o pagamento das ajudas de custo a que faz jus no início e final de cada sessão legislativa.

.....
§ 5º - A opção pelo Parlamentar em não receber os benefícios de que trata o § 3º se dará em caráter irretratável e irrevogável durante a legislatura na qual o requerimento foi autorizado.

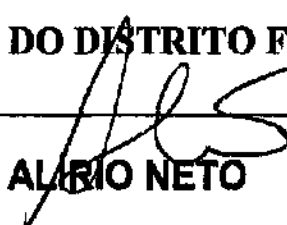
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

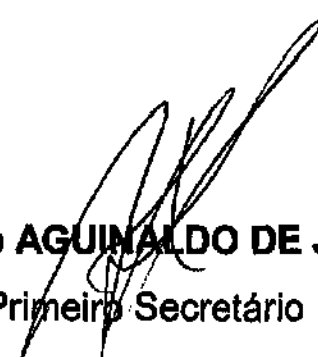
Sala de Reuniões, em 2 de maio de 2007.



21.13
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL


Deputado **ALIRIO NETO**
Presidente


Deputado **PAULO TADEU**
Vice-Presidente


Deputado **AGUINALDO DE JESUS**
Primeiro Secretário


Deputado **BRUNELLI**
Segundo Secretário


Deputado **DR. CHARLES**
Terceiro Secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	22

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse votada a proibição do 14º e do 15º salários. O projeto visa a proibição, e não a opção.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Sr. Deputado, no parecer do Relator foi apresentando um substitutivo. V.Exa. tem de discutir o substitutivo.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, os Deputados Distritais percebem treze salários – como todo trabalhador –, mais dois de ajuda de custo – independentemente da existência de convocação extraordinária –, um no início do ano legislativo e outro no final, mais quatro de convocação extraordinária, caso tal convocação venha a ocorrer – dois em julho e dois em dezembro.

A população inteira acha que os Deputados devem receber treze salários, como todo trabalhador - doze mais o 13º. O que fizemos aqui deve estar em consonância com o que a opinião pública deseja, até porque esta Casa representa a opinião pública. Respeito as posições de todos os Parlamentares, inclusive as diversas à minha, contudo, vejo nas ruas um clamor popular muito grande pelo fim dos salários extras dos Deputados Distritais.

Fui eleito com uma bandeira muito clara: a que defende o fim dos salários extras dos Deputados, entre outras medidas, a fim de que esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	23

seja aprimorada e receba mais respeito da população, do contribuinte. Acho que um Deputado deve receber treze salários, igual a todo trabalhador – doze mais o 13º e “ponto”. Para mim, é uma questão simples.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que a Lei Orgânica do Distrito Federal não trata da remuneração das convocações extraordinárias – ou sou eu que não estou conseguindo ler direito. Ela trata da convocação, não da remuneração. Esta foi estabelecida por Resolução do Congresso Nacional. Então, para que fique claro, não se trata de alteração da Lei Orgânica.

Em segundo lugar, se acatarmos este substitutivo do nobre Deputado Brunelli, o remendo ficará muito pior, Sr. Presidente, porque há, realmente, o posicionamento forte da sociedade de que não é justo que recebamos 14º e 15º salários, como também 16º e 17º das convocações extraordinárias. Esse apelo é visível, tanto que eu apresentei projeto nesse sentido. Acho que esta Casa deve discutir se haverá ou não 14º e 15º salários. Transformar isso em opção é a coisa mais esdrúxula, mais absurda que pode existir. Salário não é uma questão de opção, é uma questão de direito. O trabalhador tem ou não tem o direito de recebê-lo. Ora, estamos querendo criar uma norma pela qual os Deputados escolherão, com livre arbítrio, se vão ou não receber tais salários. Existe uma coisa mais esdrúxula do que essa? Já é esdrúxulo receber 14º e 15º salários – em total



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	24

falta de sintonia com o restante dos trabalhadores brasileiros. Agora, o Parlamentar ainda vai ter, Deputado Aguinaldo de Jesus, a prerrogativa de escolher se quer ou não recebê-los. Salário não é uma questão de opção, Deputado Paulo Tadeu, mas uma questão de direito. Tem-se ou não o direito. Por isso, eu insisto, Sr. Presidente, que devemos deliberar: os Deputados têm direito de receber os 14º e 15º salários? Se a maioria desta Casa decidir que têm, os vencidos deverão se calar e obedecer à maioria. Se decidir que não têm, da mesma forma. Contudo, se aprovarmos uma coisa esdrúxula, o remendo ficará muito pior, pois, além de haver o 14º e o 15º salários, o Parlamentar terá a prerrogativa de escolha. Olhem que coisa mais absurda! Esses nobres vinte e quatro Deputados, iluminados por Deus, são os únicos cidadãos brasileiros que podem escolher se vão, ou não, receber 14º e 15º salários! Isso é vergonhoso. Isso é uma demonstração vexaminosa desta Casa. Faço um apelo para que deliberemos sobre o projeto na sua origem – se esta Casa tem, ou não, o direito regulamentar, legal de receber o 14º e o 15º salários.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pelo que entendi, o parecer do Deputado Brunelli torna opcional o recebimento do 14º e do 15º salários. Está claro. Porém, sobre a convocação extraordinária, S.Exa. diz que o instrumento correto seria uma emenda à Lei Orgânica. Dois projetos que tratam de assuntos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	25

diferentes foram apensados. O Deputado Brunelli é bastante claro quando se refere ao primeiro, ou seja, ao 14º e 15º salários. Em relação ao segundo, referente à convocação extraordinária, pelo que entendi, S.Exa. diz que o instrumento não é o correto porque deveria haver uma proposta de emenda à Lei Orgânica. Essa proposta já existe nesta Casa, é de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores e já está absolutamente pronta para constar da Ordem do Dia.

Existe um outro projeto de lei da bancada do Partido dos Trabalhadores, que será reapresentado, visto que estamos em outra legislatura, que estabelece que a remuneração para uma convocação extraordinária seja proporcional aos dias trabalhados, e não mais integral; se trabalharmos quatro dias, receberemos por quatro dias.

Portanto, quando se diz que, ao rejeitarmos o parecer do Deputado Brunelli, voltaremos ao projeto original, temos um problema do ponto de vista da convocação extraordinária, na medida em que o parecer de S.Exa. diz que essa matéria deve ser objeto de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal. São dois assuntos diferenciados.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Na verdade, Deputada Erika Kokay, estamos debatendo um parecer da Mesa Diretora, que, neste momento, por se tratar de matéria administrativa, funciona como comissão temática da Casa. Como nas comissões, se o parecer do Deputado Brunelli for vencido, teremos de fazer o parecer do vencido. Um novo Parlamentar apresentará esse parecer do vencido. Correto?

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi pelos motivos expostos pela Deputada Erika Kokay que pedi o desapensamento dos dois projetos. Um trata do 14º e do 15º salários, o outro trata de convocação extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Reguffe, o projeto principal, que foi apresentado, inclusive, antes do projeto de V.Exa., trata do 14º e do 15º salários. O Deputado Brunelli corrigiu isso em seu parecer, que foi muito claro. Entendi isso claramente. E essa é a função do parecer do relator.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, o Ato nº 14 da Mesa Diretora, de 12 de fevereiro de 2007, inclusive assinado por V.Exa., já torna opcional o recebimento dos salários.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Sem dúvida. Assinado por mim e por todos da Mesa.

DEPUTADO REGUFFE - Então, eu queria saber a relevância, já que o projeto visa à proibição, e não...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Reguffe, pelo que entendi, o projeto está transformando o ato da Mesa em lei, e uma lei tem mais poder, porque somente o Plenário poderia substituí-la daqui para a frente.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	27

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer na forma do substitutivo apresentado pelo Deputado Brunelli; os que votarem “não” estarão rejeitando-o. Nesse caso, será elaborado o parecer do vencido.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/05/2007

SESSÃO ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL / / 2007
☒ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☒ SUBSTITUT
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☒ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 02/07 e TC/ 03/07.
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
☐ MOÇÃO Nº(S)
☐ RECURSO Nº (S)
☐ REQUERIMENTO Nº (S)
☐ OUTROS

Autor: Deputado(a): Pedro Passos e Reguffe ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Brunelli

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR	X				
	AYLTON GOMES - PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	LUZIA DE PAULA - PSL	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO PASSOS - PMDB		X			X
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS		X			X
	TOTAL	15	07		02	02

*PIS - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ PL Nº 21/07

Folha nº 31



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	28

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 7 votos contrários. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos para declaração de voto.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com tristeza que me manifesto. Esta Casa tinha a oportunidade de decidir com altivez e correção. Se é a vontade da maioria dos Deputados que permanecessem o 14º e o 15º salários, muito mais fácil, muito mais claro, muito mais decente, muito mais digno decidir com clareza, decidir pela regulamentação. Da maneira como ficou decidido, além de manter uma situação esdrúxula, criou-se a figura absurda, inexistente no mundo jurídico, do trabalhador escolher se deseja ou não receber o seu salário. É uma inovação triste e mais um ato vergonhoso conduzido por esta Casa: determinar que o cidadão escolha se vai ou não receber o seu salário. Isso é hilário! É ridículo! Respeito a decisão da maioria, está decidido, mas é com vergonha e pesar que participo deste momento nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar que vejo com muita tristeza a decisão desta Casa. Considero uma vergonha a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	29

decisão proferida aqui porque vai contra o que espera a população do Distrito Federal, que defende a extinção dos salários extras dos Deputados, ou seja, o 14º e o 15º salários. Portanto, reitero que isso é uma vergonha. Esta Casa está indo na total contramão do que a opinião publica espera dela. Se queremos uma Casa respeitada pela população, pelos contribuintes, deveríamos fazer aqui o que eles esperam que façamos. Na minha opinião, essa decisão foi uma vergonha.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o trabalho parlamentar, na verdade, é muito mais árduo do que parece. Um dos grandes dons de um Parlamentar é saber articular-se com os companheiros. A insistência para que se incluísse o projeto ainda – na minha opinião – não negociado com a base, com os outros Deputados, é, sem dúvida, a prova cabal de tudo aquilo que eu disse durante toda a semana e todos esses meses. Alguns projetos da chamada pauta ética já estão prontos, e outros já estão funcionando plenamente nesta Casa.

Esta é uma Casa coletiva, e precisamos respeitar o voto de cada um. O Deputado tem de ter competência – muitos aqui já demonstraram ter – para trabalhar os projetos no sentido de aprová-los. Não adianta jogarmos nas costas dos outros a nossa incompetência parlamentar. Quero deixar bem claro que avisei a vários Parlamentares que dificilmente aprovaríamos esse projeto, porque ele não estava maduro. Alguns Deputados aqui têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	30

sensibilidade para aprovar esse projeto e já tinham manifestado isso. Entretanto, pela forma açodada como fizemos, acabamos perdendo uma grande oportunidade.

Deputado Pedro Passos, com todo o respeito, quero dizer a V.Exa. que esse projeto não trata do 14º e do 15º salários. É muito claro. Ele fala de subsídio ao Parlamentar, indenização por frequência ao plenário. Portanto, a opção é possível no caso do subsídio, por se tratar de uma gratificação, digamos assim. Acho que isso é um avanço, pois esta Casa tem 16 anos. Já fui Parlamentar aqui anteriormente e sempre optei pela remuneração do meu órgão de origem, mesmo quando eu ganhava menos – que isso fique claro aqui. E isso será mantido, mesmo que o Parlamentar passe a receber mais do que eu, neste momento.

Quero deixar claro que já presenciei legislaturas aqui que evitavam que o Deputado que não quisesse receber pudesse fazê-lo. Muitas vezes, a quantia tinha de ser depositada na conta da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esta Casa dá a demonstração de que, pelo menos, tem a disposição de aceitar opinião diversa.

Concluindo, respeito a decisão de V.Exas. e acho que cada um de nós tem de assumir uma parcela de culpa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	31

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que, em momento nenhum, Deputado Alirio Neto, com todo o respeito, pedi que se votasse o projeto. Eu também achava o mesmo que V.Exa. O projeto, para mim, não estava pronto para discussão e votação. Apesar de ser de minha autoria o primeiro projeto que trata desse assunto, e não do Deputado Reguffe, em momento nenhum solicitei a essa Mesa, a essa Presidência ou a esta Casa que o projeto fosse colocado em discussão e votação.

Sr. Presidente, acho importante registrar que, apesar de não se tratar do 14º e do 15º salários, eles entram na nossa folha como 14º e 15º salários.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alirio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Dando prosseguimento à votação, quero dizer que o parecer aprovado foi da Mesa Diretora. A matéria segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Aylton Gomes será o Relator.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só fazer um comentário sobre o que V.Exa. disse, já que me senti indiretamente atingido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Não se trata de uma questão de ordem. Não citei o nome de V.Exa. Questão de ordem se refere a qualquer dúvida acerca da interpretação do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal. Não citei o nome de V.Exa. Citei o nome do Deputado Pedro Passos. Se V.Exa. insistir, cortarei o microfone.

DEPUTADO REGUFFE - Posso apenas mencionar o artigo?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - V.Exa. não deve fazê-lo por não se tratar de questão de ordem. V.Exa. está perdendo tempo. Questão de ordem diz respeito a dúvidas sobre a interpretação do Regimento interno, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou ainda da Constituição. Já passamos do momento destinado à declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE - De acordo com o art. 107, inciso VII, ao se sentir atingida, a pessoa pode usar da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Não se trata de se sentir atingido. Se V.Exa. foi realmente atingido, essa questão tem de ser analisada. Nem o nome de V.Exa. citei.

DEPUTADO REGUFFE - V.Exa. indefere a minha solicitação?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está indeferida.

DEPUTADO REGUFFE - Está bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Pedro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	33

Passos, que "altera a Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que 'dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal'", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 3, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "revoga o § 3º do art. 1º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que 'dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal'".

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, declaro que esta Comissão segue o parecer da Mesa Diretora, na forma do substitutivo, sem nenhuma dúvida, por entender que não há nenhuma inconstitucionalidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. 
Houve 7 votos contrários.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	34

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com relação à convocação extraordinária, há a proposta de emenda à Lei Orgânica nº 31/2005, assinada por vários Parlamentares – inclusive Parlamentares do Partido dos Trabalhadores –, que está pronta para entrar na Ordem do Dia.

Eu gostaria que V.Exa. incluísse a matéria na Ordem do Dia da próxima sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Trata-se da convocação extraordinária?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Com respeito à harmonia e à independência dos Poderes, que os Parlamentares, por maioria absoluta, possam decidir se a pauta da convocação extraordinária traz no bojo a urgência ou relevância, como prevê a Lei Orgânica do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - V.Exa. quer a inclusão na Ordem do Dia de uma proposta de emenda à Lei Orgânica?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Sr. Presidente. Ela está pronta para entrar em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	35

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a essa Presidência a retirada do meu nome como autor desta matéria. Apesar de o projeto ser de minha autoria, o substitutivo aprovado distorce completamente o propósito do projeto por mim apresentado.

Eu gostaria que V.Exa. retirasse o meu nome da autoria deste projeto. Sinto-me envergonhado pelo fato de meu nome aparecer como autor da referida matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Pedro Passos, solicito a V.Exa. que faça esta solicitação por escrito, para que possamos analisar melhor o assunto, já que nunca analisei uma situação como essa e, portanto, não sei como posso responder a V.Exa. neste momento.

Em discussão o projeto em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 7 votos contrários.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 2/2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "altera a Resolução nº 201, de 2003, que 'dispõe sobre os cargos em comissão na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	36

estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e sobre a composição do Gabinete Parlamentar”.

Relatores: Deputado -MD
 Deputado -CCJ.

Solicito ao Deputado Aguinaldo de Jesus que emita o parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (Sem partido. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que ainda estamos aguardando um parecer do Supremo, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, que definirá se o percentual do Distrito Federal é de 3%, 6% ou 4,5%. Nós não poderíamos deliberar sobre tal matéria sem termos uma posição do Supremo. Se, hoje, o Deputado achar que há muitas pessoas em seu gabinete, S.Exa. pode contratar menos pessoas. Isso depende do Deputado. Não posso chegar ao Parlamentar e dizer que S.Exa. tem de contratar tantos servidores. Isso é uma prerrogativa do Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
MESA DIRETORA**

PARECER Nº..... /2007

Projeto de Resolução nº 02 de 2007, “Altera a Resolução nº 201, de 2003, que “Dispõe sobre os cargos em comissão na Estrutura Administrativa da CLDF e sobre a Composição do Gabinete Parlamentar”.

AUTOR: Dep. REGUFFE

**RELATOR: Dep. AGUINALDO DE JESUS
Primeiro Secretário**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Mesa Diretora, o Projeto de Resolução nº 02/2007 de autoria do Deputado REGUFFE, alterando a Resolução nº 201, de 2003, que “Dispõe sobre os cargos em comissão na Estrutura Administrativa da CLDF e sobre a Composição do Gabinete Parlamentar”.

A presente proposição em seu art.1º estabelece que o art.2º, *caput*, incisos e parágrafo único, da Resolução nº 201/03 passam a ter esta nova redação como se segue: “Art.2º a composição ideal do gabinete do Deputado Distrital, observados os níveis de remuneração constantes dos cargos em comissão da estrutura administrativa da Câmara Legislativa, é a seguinte:

- I – dois Cargos de Natureza Especial – CNE;
- II – quatro Cargos Especiais de Gabinete – CL 14;
- III – dois Cargos Especiais de Gabinete – CL 09 e,
- IV – um Cargo Especial de Gabinete - CL 06.

§ 1º A soma dos valores remuneratórios dos cargos em comissão indicados nos incisos da *caput*, se tais cargos forem ocupados por servidores não optantes



262

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
MESA DIRETORA**

pelos vencimentos do cargo efetivo, poderá ser distribuída a critério exclusivo do Deputado Distrital em outros cargos previstos na tabela de remuneração dos cargos em comissão da CLDF, até o limite de dezoito, além dos cargos decorrentes da cessão de dois servidores de outro órgão ou entidade para esta Casa de Leis.

§ 2º O reajuste dos valores será efetuado ao final de cada legislatura, obedecidos os percentuais adotados para correção salarial do quadro permanente da Câmara Legislativa. O art. 2º ressalta a entrada em vigor da resolução.

A justificativa do nobre parlamentar visa reduzir os gastos com pessoal na Câmara Legislativa diminuindo a verba de Gabinete de uma forma geral.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto de Resolução.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 39, § 1º, IV, do Regimento Interno desta Casa, incumbe à Mesa Diretora emitir parecer sobre matéria regimental, caso do projeto em exame, que Dispõe sobre os cargos em comissão na Estrutura Administrativa da CLDF e sobre a Composição do Gabinete Parlamentar.

 Ao analisar a proposta percebe-se que autor deseja estabelecer novas normas para classificação dos cargos comissionados e quantitativo para composição desses, nos gabinetes parlamentares. Entretanto a resolução 201/03 que trata da matéria em questão já estabelece critérios e a exclusividade de cada parlamentar para estabelecer a composição de sua equipe de trabalho. Do mesmo modo, não proíbe que o parlamentar faça redução de valores ou diminua



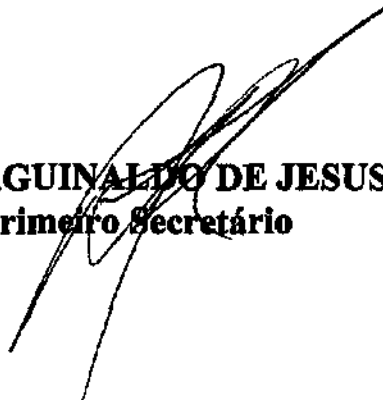
36.3

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
MESA DIRETORA

o número de servidores em sua equipe de trabalho. Por outro lado ainda estamos na dependência de uma decisão do Supremo quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, consideramos não ser oportuna a proposição diante dos fatos.

Diante do exposto, somos pela **REJEIÇÃO** da proposta

Sala de Reuniões, em de de 2007.


DEP. AGUINALDO DE JESUS
Primeiro Secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	37

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui eu que apresentei esse projeto que trata da redução da verba de gabinete em 20%. Acredito que o Deputado deva receber uma boa verba de gabinete para contratar uma assessoria técnica e qualificada que lhe permita um mandato digno. Agora, nada justifica um Deputado Distrital dispor de uma verba de gabinete muito superior à de um Deputado Federal. Nada justifica isso. Devemos dispor de uma boa verba de gabinete, mas em valores razoáveis.

Isso parece ser “estatização” de cabos eleitorais. Parece que é contratação de cabo eleitoral com dinheiro público para fazer a próxima campanha. O Deputado deve ter uma assessoria técnica. A verba de gabinete é para proporcionar ao Parlamentar uma assessoria técnica que lhe propicie um mandato decente. Uma verba de gabinete no atual valor me parece uma indecência, é ter pouco zelo com o dinheiro do contribuinte. Isso é um desrespeito ao contribuinte, que, às vezes, paga os impostos com muito suor.

Por isso, apresentei esse projeto que reduz em 20% a verba de gabinete. Não é muito! Com isso, faríamos uma economia brutal. Fiz essa economia desde a minha primeira semana como Parlamentar. Encaminhei um memorando que reduz a minha verba de gabinete em 20%, juntamente com o projeto que apresentei a esta Casa. A economia que só um Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	38

Distrital faria com essa medida é o equivalente a R\$ 444.000,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil reais). Se os vinte e quatro Deputados fizessem isso, nós teríamos um economia brutal ao longo dos quatro anos.

Com isso, esta Casa daria um exemplo para a população de que toma um pouco mais de cuidado com o dinheiro dos contribuintes, com o dinheiro dos impostos que são pagos pelas pessoas, às vezes, com muito suor.

Sr. Presidente, essa é a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer da Mesa Diretora; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/05/2007

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☒ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL / / 2007
☒ PARECER ☐ ORAL ☒ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☐ SUBSTITUIÇÃO
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☒ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI Nº(S)
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☒ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) 2/07
☐ MOÇÃO Nº(S)
☐ RECURSO Nº(S)
☐ REQUERIMENTO Nº(S)
☐ OUTROS

Autor: Deputado(a): Reguffe

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Bernaldo de Lencastre

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR	X				
	AYLTON GOMES - PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	LUZIA DE PAULA - PSL	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO PASSOS - PMDB	X				
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL	20	01		03	

*PS - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bernaldo de Lencastre

CONSOLIDADO POR

ASSP/ PR Nº 071/07

ASSINATURA

MAT.

Folha nº 119



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	39

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado o parecer da Mesa Diretora.

Solicito ao Deputado Pedro Passos que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "altera a Resolução nº 201, de 2003, que 'dispõe sobre os cargos em comissão na estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e sobre a composição do gabinete parlamentar'".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós somos de parecer favorável à aprovação do referido projeto, em relação à legalidade, à constitucionalidade e à regimentalidade. Isso significa, Sr. Presidente, que não há óbice legal para aprovação do referido projeto.

Mas quero registrar, Sr. Presidente, que me reservo o direito de posicionar contrariamente, no âmbito do posicionamento político.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	40

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

40-1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/05/2007

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☒ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL ___/___/2007
☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☐ SUBSTITUTIVO
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☒ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) 2/07
☐ MOÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº(S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº(S) _____
☐ OUTROS _____

Autor: Deputado(a): Reguffe ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR		X			
	AYLTON GOMES - PMN		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	LUZIA DE PAULA - PSL		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO RORIZ - DEM		X			
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO PASSOS - PMDB		X			
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL	04	220		03	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DE AGUINALDO DE JESUS

CONSOLIDADO POR		ASSP/___ Nº ___/___
ASSINATURA	MAT.	Folha nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável e 20 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está rejeitado o projeto em 1º turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria dizer que esta Casa está jogando fora a grande chance de se reconciliar com a opinião pública do Distrito Federal, que vê esta Casa com extrema desconfiança. Inclusive, uma boa parcela dela defende até o fechamento desta Casa.

Não custava nada a redução de apenas 20% de uma verba de gabinete como essa, que é muito superior a de um Deputado Federal.

A Casa está de ouvidos abertos ao que a população gostaria. Eu creio que V.Exas. poderiam ter refletido sobre isso, até porque essa é uma discussão que está no seio da sociedade há muito tempo. Agora, é da consciência de cada um. Eu acho que esta Casa perdeu uma grande chance de se aproximar do contribuinte, que é quem paga o seu funcionamento. O contribuinte gostaria que os Parlamentares tivessem tido outra atitude.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para declaração de voto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a ausência do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	42

Deputado Raad Massouh, que me ligou há pouco. Houve um falecimento na sua família, e S.Exa. precisou se ausentar. S.Exa pediu que registrássemos a sua ausência aqui.

Sr. Presidente, eu pedi para fazer declaração de voto porque me sinto entalado, realmente entalado com esse tema. É muito difícil chegar a esta Casa. Eu tenho um respeito enorme e uma admiração muito grande pelo Deputado Reguffe pela sua coerência ao trazer, para ser debatida nesta Casa, a proposta que S.Exa. defendeu em campanha. E esse é realmente o papel do Deputado: ser coerente com as suas bandeiras.

Na minha campanha, eu me comprometi com uma cidade do Distrito Federal, a cidade de São Sebastião. Eu não ganhei a eleição sozinho. Eu não tive nenhum empresário investindo em minha campanha nem nenhum político poderoso, mas eu tive companheiros leais, que caminharam comigo casa a casa, rua a rua. Esses companheiros leais podem até não ter um perfil técnico, mas qualquer atividade que nós fazemos na cidade... Às vezes, temos que montar barracas para fazer reuniões com a comunidade. Inclusive, todas as sextas-feiras, eu tenho feito reuniões, bairro a bairro, em minha cidade. Às vezes, você estabelece um projeto que vai além do papel do Parlamentar, você leva uma questão mais pontual para a cidade, como o projeto Mulher, que nós realizamos na cidade, com serviço de formação profissional. Esse projeto é feito por uma assessora minha aqui da Câmara Legislativa, que está prestando assessoria lá em São Sebastião. Esse projeto dá cursos que ensinam a cortar cabelos, a fazer unhas... para tentar formar profissionais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	43

Eu acho que, se a verba de gabinete for reduzida, vai comprometer e muito o trabalho que eu venho desempenhando em minha cidade. Não tenho vergonha em dizer que tenho de honrar cada centavo. Os meus funcionários, as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui, eu tenho muito orgulho em tê-las trabalhando comigo.

Não defendo o fechamento desta Casa, não, porque, se não for por meio dela, o povo do Distrito Federal não será ouvido. Cada um dos representantes que aqui está tem trazido as demandas do povo que representa.

Eu só queria fazer esse desabafo, porque estou extremamente constrangido com esses temas.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lembrar V.Exa de que uma sessão solene está marcada para ser realizada neste plenário, e o Deputado Paulo Tadeu me informou que ainda há mais dois projetos a serem votados hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Item nº 8:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	44

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que “altera o Decreto Legislativo nº 996, de 2002, que ‘dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - MD

Deputado - CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito ao Deputado Paulo Tadeu que emita o parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2007, de autoria do Deputado Reguffe, que “altera o Decreto Legislativo nº 996, de 2002, que ‘dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências”.

Sr. Presidente e demais Parlamentares, essa matéria trata da verba indenizatória. O Projeto de Decreto Legislativo em análise, de autoria do Deputado Reguffe, tem a pretensão de limitar a verba indenizatória a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês, veda o uso da verba indenizatória para escritórios de apoio a atividades parlamentares e proíbe a acumulação de saldos nos meses subsequentes.

O autor justifica que seu propósito é contribuir para o resgate da imagem institucional da Câmara Legislativa, depauperada em virtude de atos atentatórios à moralidade pública. Para S.Exa., o valor gasto com verba



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	45

indenizatória contribui para o desgaste da imagem da Câmara Legislativa. Dois mil reais, segundo S.Exa., seriam suficientes para resgatar a imagem da Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO VICE-PRESIDENTE

PARECER Nº /2007

DA MESA DIRETORA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007, que *Altera o Decreto Legislativo nº 996, de 2002, que "Dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências."*

Autor: Deputado Reguffe

Relator: Deputado Paulo Tadeu

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em análise, de autoria do Deputado Reguffe, tem por pretensão:

- a) limitar a verba indenizatória a R\$ 2.000,00 por mês;
- b) vedar o uso da verba indenizatória para escritório de apoio à atividade parlamentar;
- c) proibir a acumulação de saldos nos meses subseqüentes.

Segundo a justificativa do Autor, o seu propósito é contribuir para o resgate da imagem institucional da Câmara Legislativa, "depauperada" em virtude de atos atentatórios à moralidade pública. Para ele, o valor gasto com verba indenizatória contribui para o desgaste da imagem da Câmara Legislativa. R\$ 2.000, segundo ele, seriam suficientes.

Não há emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – VOTO

De acordo com o disposto no art. 39, §1º, IV, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete a Mesa Diretora emitir parecer sobre matéria regimental ou da administração interna da Câmara Legislativa, quando a proposição não for de sua autoria. É o caso do presente Projeto de Lei, que trata de matéria administrativa desta Casa.

A verba indenizatória foi instituída no final de 2002 por meio do Decreto Legislativo nº 996, regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 45, de 2003. Em 2005, o Decreto Legislativo nº 1.208 elevou o valor da verba indenizatória para 75% do valor realizado na Câmara dos Deputados, cujo modelo é seguido aqui.

O objetivo dessa verba é permitir que os Parlamentares possam realizar algumas despesas de sustentação e apoio do mandato. Todos sabemos que a atividade parlamentar não se restringe ao seu Gabinete. Diariamente, cada Deputado



45.2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO VICE-PRESIDENTE

tem de ir a diversas repartições públicas e a diversas localidades para tentar encontrar soluções para os problemas que a sociedade lhe coloca, e isso justifica plenamente a indenização das despesas com combustíveis feita pela CLDF.

Por outro lado, o Parlamentar precisa estar junto à comunidade, especialmente àquelas afastadas do Plano Piloto para melhor entender e atender às suas reivindicações. Nesse sentido, os escritórios de apoio parlamentar são indispensáveis ao bom atendimento da população, o que também justifica a indenização paga pela CLDF. Parafraseando o cantor, o "Legislativo precisa ir onde o povo está".

As demais despesas indenizáveis com essa verba também se justificam plenamente, pois a atividade parlamentar não é estanque. Há vários trabalhos que demandam especialização que nem sempre a assessoria possui. Contratar especialista para certas tarefas não vêm em proveito apenas da atividade parlamentar, mas principalmente dos destinatários dessa atividade.

Além disso, é necessário registrar que o modelo de verba indenizatória arquitetado nesta Casa segue o paradigma da remuneração dos Deputados: 75% do que a Câmara dos Deputados despende com essa verba. E, nesse sentido, é a própria Constituição Federal que assim orienta (art. 32, § 3º, c/c o art. 27, § 1º). Na história da remuneração dos Deputados, também há inúmeros subsídios que justificam esse paradigma.

Assim, diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007.

Sala das Sessões, em de abril de 2007.

Deputado PAULO TADEU
Vice-Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero parabenizar a Mesa Diretora e o Presidente, Deputado Alírio Neto, pela iniciativa de colocar meus projetos em votação no plenário desta Casa. O Presidente Alírio Neto assumiu compromisso de campanha de colocar meus projetos em votação nesta Câmara e cumpriu esse compromisso! Então, quero parabenizar S.Exa. por ter colocado, no plenário desta Casa, meus projetos em votação. Eu tenho a obrigação de reconhecer isso.

Com relação à verba indenizatória, eu gostaria de dizer o seguinte: ela foi instituída em 2002. Até então, não existia verba indenizatória nem na Câmara Legislativa, nem nas assembleias legislativas, nem no Congresso Nacional. E sempre sobreviveram muito bem. Em 2002, o Congresso Nacional criou a verba indenizatória, e a Câmara Legislativa a criou em sequência. A Câmara adotou o percentual de 75% para a verba indenizatória, mas para a verba de gabinete não vale esse percentual. Até porque a verba de gabinete de um Distrital é maior do que a de um Federal! Então, não valem os 75%. Parece-me que só vale quando é conveniente; quando não é conveniente, não vale.

Com relação à verba indenizatória, eu ainda a entendo para um Deputado Federal de São Paulo que tem um escritório político no seu Estado de origem. Mas, mesmo assim, acho que o contribuinte não tem de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	47

pagar por isso! Agora, para um Deputado Distrital? Já basta o gabinete! Ele não precisa ter escritórios políticos nas "cidades-satélites", custeados com dinheiro público! A Câmara sempre sobreviveu sem isso até 2002!

Eu respeito as opiniões diferentes da minha. Acho que esta é uma Casa democrática, que dá exemplo, hoje, de democracia ao discutir isso em plenário. Agora, não tem, para mim, cabimento se gastar dinheiro público para abrir "escritórios políticos", que, às vezes, parecem comitês eleitorais permanentes, de quatro anos, custeados com o dinheiro do contribuinte. Dinheiro do contribuinte não é para isso! "Ah! mas pode-se gastar com combustível!" Pode, mas ninguém gasta onze mil, duzentos e cinquenta por mês com combustível! Pelo menos não deveria gastar. Eu acho que dois mil... Eu até acho que é justo que se pague o combustível do Parlamentar que vai a sua base eleitoral e volta. Acho que é razoável. Agora, onze mil duzentos e cinquenta! Valor maior até que o subsídio do Parlamentar? Na minha opinião, é um desperdício de dinheiro público e uma imoralidade mesmo.

Então, respeito opiniões diversas da minha. Fui vencido nas votações anteriores, mas agradeço, pelo menos, por terem sido colocados em votação os meus projetos e pelo respeito com que eles foram tratados.

Acho apenas que esta Casa está perdendo uma grande chance de se aproximar da população do que a opinião pública espera dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	48

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho de concordar com o parecer do Relator, Deputado Paulo Tadeu, e discordar de V.Exa., Deputado Reguffe, com todo respeito que tenho por V.Exa., com quem votei junto na questão do 14º e do 15º salários.

O mandato do Parlamentar não se restringe a esta Casa, não se restringe a este plenário! Há regiões administrativas! Temos de ir até o eleitor e saber o que o povo quer. E muito mais do que isso! Só para dar exemplo: eu tenho uma base de 32 mil profissionais, que me elegeram para vir aqui. E o mandato tem de ter a sua divulgação. Essa verba indenizatória não serve só para combustível. Ela serve para se divulgar o mandato.

Eu represento as categorias de policiais e de bombeiros militares, que têm uma demanda muito grande na questão jurídica. E nós temos de ter advogados. Tem de haver um escritório advocatício para prestar serviços a esses profissionais que estão lá fora, dando segurança não só a V.Exa., mas a todos cidadãos do Distrito Federal! É importante que a sociedade saiba que o que nós recebemos nem é o suficiente para o serviço que é prestado. Não me refiro ao serviço de Parlamentar, mas aos mandatos, exercidos pelos 24 Pares desta Casa.

O escritório político, que muitos colocam nas “cidades-satélites”, é porque muitos são eleitos, como o Deputado Rogério Ulysses, em São Sebastião... E precisam de um escritório para atender à demanda do cidadão que vai lá pleitear. Há gabinetes que ficam o tempo todo cheio de eleitores, com uma demanda incrível! E nós temos de estar atentos a isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	49

O Deputado Federal não tem o mesmo que a Câmara Legislativa? Estão numa briga lá no Congresso Nacional para aumentarem o valor porque, de quinta a segunda-feira, o Deputado Federal fica no seu Estado, visitando município a município e sua base eleitoral.

Se nós ficarmos aqui dentro, de segunda a sexta-feira, votando leis, com certeza, nenhum dos Pares que estão aqui voltarão a esta Casa em 2010. Nem todo mundo tem acesso ao canal 9, à *TV Distrital*, para saber o que o Parlamentar faz e o que vota.

É importante que tenhamos clareza do que falamos aqui. É importante notar que a base de V.Exa. é na Asa Sul, na Asa Norte, no Guará. É aqui no Plano Piloto! E nós temos base eleitoral em todas as "cidades-satélites" do Distrito Federal! Nós temos de ir a Planaltina, Ceilândia, Sobradinho, Santa Maria, Gama e várias outras cidades. Num dia só, percorremos várias delas para fazer reunião nas bases eleitorais. E nós temos de atender aos pleitos.

É importante que o Parlamentar tenha clareza de que o seu mandato se estende para fora dessas paredes aqui. É lá fora, com o povo, que nós temos de estar.

Então, nessa matéria, não posso votar com V.Exa., Deputado Reguffe. E não posso deixar de dizer aqui da importância da verba indenizatória, da verba de gabinete e dos 23 funcionários que temos de ter nos gabinetes.

V.Exa., anteriormente, abordou a questão dos servidores. É difícil conseguir um servidor capacitado para vir a esta Casa receber o que se ganha aqui. Vamos ter toda a tranquilidade para colocar isso em debate. Os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	50

bons profissionais não querem vir a esta Casa! Preferem ficar na iniciativa privada ou em outros locais. Então, é bom que isso seja colocado com toda tranquilidade e com toda clareza para que não pareça que uns querem a moralização da Casa e outros não.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Pares, eu estava ouvindo atentamente o autor do projeto e ouvi, com muita clareza, o Deputado Cabo Patrício falar sobre o nosso deslocamento.

A maioria dos Deputados desta Casa, salvo algumas exceções, teve a polarização de votos. Então, queremos convidar alguns desses Deputados, e também o autor do projeto, a conhecerem a Ceilândia, o Paranoá, e diversas localidades.

Essa verba é insignificante para um Legislativo que é o menos oneroso do País. A representação do Distrito Federal se resume em Deputado Federal e Deputado Estadual, que é o Distrital e faz o papel de Deputado Estadual e de Vereador. Diferentemente do que ocorre nos Estados, não há uma ligação no Distrito Federal. Um exemplo é o Estado de Minas, que possui mais de quatrocentos municípios. O Distrito Federal tem o Legislativo mais coerente em relação à contribuição do custo-benefício.

O custo-benefício de ter uma porta aberta para democratizar todo um processo que a Ditadura roubou, que foi castrado na primeira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	51

Constituinte, para que hoje tivéssemos a representatividade e pudéssemos ter os Deputados para lutar pelas necessidades da Saúde, da Educação e de tantas outras.

Então, a minha palavra é muito ritmada nesse sentido. Nós somos Deputados e temos um mandato que custa caro para muitos que não têm ajuda de empresários, que têm de fazer seu voto na base. Por exemplo, o meu voto não é ganho na televisão. Eu tenho de fazer o dia-a-dia desse trabalho. Então, eu tenho de deslocar toda uma equipe para ver a necessidade das pessoas, fazer o trabalho social. Eu também não posso votar favoravelmente a uma situação que representa o pensamento de apenas um dos vinte e quatro Deputados desta Casa. Não posso votar favoravelmente ao pensamento de apenas uma pessoa desta cidade. O que pensamos para esta cidade é que temos de continuar tendo uma marcha de muita fortaleza. O que estamos fazendo aqui é lutando pelo crescimento da nossa cidade. E volto a falar: o custo deste Legislativo é muito baixo se comparado a todos os outros Estados da Federação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aqui externar o que eu já tinha dito ao Deputado Reguffe.

Eu gostaria de me somar às palavras do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Brunelli e dizer que apenas o gabinete da Câmara não basta. Eu dou o número do meu telefone celular e muitas pessoas ligam, às vezes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	52

a cobrar, porque não têm dinheiro para pagar o cartão, não têm dinheiro para vir até a Câmara. Muitas pessoas não sabem nem onde fica a Câmara.

Deputado Reguffe, o público que elegeu V.Exa. é muito diferente do que me elegeu. O que me elegeu são pessoas humildes que, às vezes, não têm acesso à televisão. E não é só porque não têm, mas, sim, porque estão economizando para pagar a conta de energia elétrica no final do mês. São pessoas que ficam satisfeitas quando um parlamentar vai a sua cidade para ouvi-las. E, se lá o parlamentar tiver um gabinete, as pessoas vão até ele. Se o parlamentar mora na cidade, como o Deputado Rogério Ulysses, que mora em uma cidade da periferia, muitas vezes, às 6 horas da manhã, as pessoas já estão na porta da sua casa. Quem mora em Planaltina, em Ceilândia, sabe que é uma realidade diferente. É lógico que eu também tive votos no Lago Sul, onde as pessoas têm computador. Agora, será que eu consigo mandar *e-mail* para todo mundo que votou em mim no Recanto das Emas, em Ceilândia, em São Sebastião, em qualquer cidade?

Portanto, essa verba de gabinete é usada, sim! Eu já percorri 572 Km apenas num domingo, já tomei café da manhã com garis que reivindicavam alguma coisa do Governo. Acredito que esta Casa tem como comprovar que, efetivamente, a verba de gabinete está sendo gasta de forma correta.

O problema maior é como exercer o mandato. Sei que V.Exa. fez uma campanha de bar em bar, distribuindo seu material. Até me encontrei com V.Exa. no Gilberto Salomão, e achei muito legal. V.Exa. teve uma votação muito expressiva. Antes de ser Deputado, V.Exa. esteve à frente de um programa de televisão, durante quatro anos, quando defendeu várias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	53

idéias, mas é importante lembrar que cada Deputado desta Casa tem um eleitorado diferenciado. Ninguém é igual a ninguém.

Hoje mesmo, assinei um pedido de ressarcimento, pois várias notas de postos de gasolina não tiveram ressarcimento porque extrapolamos a cota. E isso ocorreu por várias vezes!

No ano passado, precisei de uma assessoria na área de planejamento urbano para o PDL do Guará, o que foi de grande valia para esta Casa, não apenas para o Deputado Rôney Nemer.

Por isso, voto contra esse projeto por entender que a verba tem sido utilizada, pelo menos de minha parte – e acredito que parte de todos os Pares desta Casa – da forma mais séria possível.

Eu gostaria de lembrar que não somos Deputados Distritais, somos um misto de Distrital com Vereador. Essa é a grande realidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer da Mesa Diretora; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

53.1
DATA 02/05/2007

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☒ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL ___/___/2007
☒ PARECER ☐ ORAL ☒ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☐ SUBSTITUIÇÃO
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☒ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 2/07
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ MOÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº (S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐ OUTROS _____

Autor: Deputado(a): Reguffe ☐ Executivo
Relator: Deputado(a): Paulo Tadeu

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR	X				
	AYLTON GOMES - PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	LUZIA DE PAULA - PSL	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO PASSOS - PMDB	X				
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT		X			X
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				X
	RONEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				X
	TOTAL	20	01		02	

*PS - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ PDL Nº 02/07

Folha nº 11



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	54

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado o parecer da Mesa Diretora.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência faz um apelo aos Parlamentares para fazermos a declaração de voto depois da votação do primeiro turno, para que possamos agilizar o processo.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro Passos, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "altera o Decreto Legislativo nº 996, de 2002, que 'dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências'".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos de parecer favorável à aprovação do referido projeto, pois, a nosso ver, não encontra óbice do ponto de vista da regimentalidade, da legalidade e da constitucionalidade.

Não obstante, Sr. Presidente, deixo registrado que comungo, no âmbito do posicionamento político, da opinião aqui externada por vários Deputados que me antecederam, como o Deputado Cabo Patrício, o Deputado Brunelli, o Deputado Rogério Ulysses, o Deputado Rôney Nemer, dentre outros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	55

Tenho a opinião de que a verba indenizatória mal repõe o gasto daqueles Deputados que têm uma atividade política intensa em suas bases. Já tive oportunidade de discutir isso com o Deputado Reguffe e com outros Parlamentares.

Penso que, para aqueles Deputados que mantêm um contato político intenso com os seus eleitores e com as suas bases, esse valor não corresponde às despesas realizadas.

Basta fazer uma conta simples, Deputado Reguffe: se dois carros o acompanharem às bases, nos finais de semana, para reuniões intermináveis... se V.Exa. somar tudo, verá que a verba não é suficiente.

Sei que V.Exa. tem uma política mais fácil: panfletar na porta do bar Libanus não custa praticamente nada; panfletar no Centro Comercial Gilberto Salomão e falar mal da Câmara Legislativa, criticando-a, não custa praticamente nada; entretanto, ir às regiões mais humildes e mais carentes para discutir a falta de infra-estrutura, reunir as pessoas e levá-las de ônibus, pagar-lhes café e almoço, publicar material para elas e levar advogados para solucionar os problemas dessas comunidades – enfim, ações políticas que entendo justas e necessárias – demanda recursos de ordem superior a esses que nos são restituídos.

Portanto, Sr. Presidente, meu posicionamento será acompanhar os demais Deputados que aqui se pronunciaram. Votarei pela rejeição do projeto de autoria do Deputado Reguffe.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	56

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Em discussão o projeto em 1º turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que, conforme mencionei antes, considero democrática esta sessão que realizamos hoje. Democracia é isto: exercício da vontade da maioria, respeitando-se o direito da minoria.

Política para mim é convencimento. Fiz, realmente, uma campanha que não teve uma única pessoa remunerada. Todavia, quero dizer ao Deputado Pedro Passos que não considero fácil esse tipo de campanha. Pelo contrário, fácil deve ser – sem querer nominar ninguém – ter dinheiro e remunerar pessoas para fazerem sua campanha.

Este é o tipo de campanha que considero digna: a baseada no convencimento das idéias, a com panfleto, a que tenta dizer às pessoas, uma por uma, que você tem a idéia que melhor pode representá-la.

Estou muito triste com o que está ocorrendo aqui. Estou vendo todos os meus projetos, pelos quais tanto lutei em três campanhas, serem derrotados um a um.

Respeito a vontade da maioria desta Casa. Acho apenas que há desperdício de dinheiro público, que o contribuinte merece ter o seu dinheiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	57

gasto de forma mais responsável. Todavia, respeito as opiniões diversas da minha.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/05/2007

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☒ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL ___/___/2007
☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☐ SUBSTITUIÇÃO
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 2/07
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ MOÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº(S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº(S) _____
☐ OUTROS _____

Autor: Deputado(a): Reguffe ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR		X			
	AYLTON GOMES - PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ERIKA KOKAY - PT		X			
	JACQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	LUZIA DE PAULA - PSL		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO RORIZ - DEM		X			
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO PASSOS - PMDB		X			X
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT	X				X
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			X
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS		X			X
	TOTAL	01	20		03	

V/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Paulo Thery

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA Paulo Thery

MAT. 13821

ASSP/ PDL Nº 02/07

Folha nº 15



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO**

COMUNICADO AO PLENÁRIO

Informo ao Plenário para registro as seguintes retificações:

- 1. Quando da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2007, realizada na Sessão Extraordinária de 02/05/2007, a Presidência da sessão concluiu pela sua aprovação em 1º TURNO; na verdade a votação deu-se em TURNO ÚNICO, portanto ficada assim retificada;**
- 2. Da mesma forma é retificada a leitura pelo Secretário da sessão do expediente da Sessão Ordinária de 24/05/2007, passando a considerar:**
 - 21 e não 20 as indicações de autoria do Deputado Pedro Passos;**
 - 126 e não 136 as indicações de autoria do Deputado Brunelli;**
 - E de 11, não 13 as indicações de autoria da Deputada Jaqueline Roriz**

Portanto, feito o registro não havendo manifestação em contrário considero para os devidos efeitos regimentais aprovadas as retificações.

Resolvido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	58

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 3 ausências.

Está rejeitado em 1º turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007, de minha autoria, que concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Clara Brandão.

Justifico: como a data da cerimônia já foi marcada para o próximo dia 18, temo que não haja tempo de realizá-la com a presença de seus filhos, que vêm da Rússia para assistir ao evento.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Luzia de Paula, sua sugestão será acatada.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos para declaração de voto.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de responder ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	59

Cada um de nós tem a sua base e os locais onde tem maior penetração e melhor poder de articulação. É muito fácil achar que a vida dos outros é melhor.

Eu, por achar que é mais fácil fazer política na porta do Líbanus, falando mal da Câmara, talvez tenha sido presunçoso, porque não fui lá fazer isso. Não sei o quanto deve ser difícil e pode ser que eu não dê conta de fazer. Mas tenham certeza também de que fazer política na área rural — onde tenho, graças a Deus, bom conhecimento, boa penetração e grande credibilidade, modéstia à parte —, é muito difícil. As regiões são distantes e as pessoas são dispersas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo mais um minuto a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Não é fácil. Para se conquistar um mandato, há de se ter muita determinação e muita dedicação, enfrentar muito trabalho em qualquer lugar e em qualquer segmento. Portanto, respeito a posição de V.Exa. e apenas registro que, no meu caso e no caso da maioria dos Parlamentares que acompanho desde o mandato passado, para aqueles que verdadeiramente têm uma atividade política intensa, essa verba indenizatória mal ressarce os gastos da sua atividade política.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, reitero que estamos perdendo uma oportunidade de nos aproximarmos da opinião pública, sem contar que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	60

havendo um desperdício de dinheiro público. Acho uma vergonha esta Casa ter perdido a chance de, com três pequenas atitudes, poder se aproximar do contribuinte e da população. Todos aqui sabem do desgaste desta Casa lá fora.

Tento fazer o meu mandato aqui da forma mais digna possível para cumprir o meu compromisso com o meu eleitor. Estou muito triste realmente com o resultado destas votações. Não estou falando como costume falar, porque estou realmente meio "baqueado" emocionalmente. Acho que esta Casa poderia ter mais respeito com o contribuinte.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo mais um minuto a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE - Dei o exemplo, no meu gabinete, com uma economia de R\$ 1.443.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil reais) adotando apenas essas três medidas. Não sou contra que Deputado receba salário, mas deve receber treze salários, igual a todo trabalhador. Não sou contra que tenha verba de gabinete, mas acredito que devêssemos reduzi-la em 20%, porque, hoje, essa verba é superior a de um Deputado Federal. De acordo com o senso comum, não tem cabimento um Distrital ter uma verba de gabinete maior que a de um Deputado Federal. Mas respeito a posição da maioria, curvo-me, aceito ser minoria e me submeto à vitória da maioria, mesmo achando que esse gasto é um desperdício para o contribuinte.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	61

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que esta discussão, Deputado Reguffe, não é pessoal. Acho que o fato de os projetos de V.Exa. terem vindo à Mesa e serem votados demonstra que esta Casa é uma casa diferente. Não é uma discussão pessoal, é uma discussão política.

Falando de política, eu gostaria de lembrar do nosso curso de ambientalização, quando tivemos uma palestra do Deputado Chico Leite, que falou das nossas limitações. Hoje, percebo o quão é limitado o mandato de um Deputado Distrital. Limitadíssimo! O pouco que eu consigo fazer, às vezes, é em função da minha verba indenizatória, porque é muito pouco o que conseguimos fazer para o povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo mais um minuto a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Aquilo que o povo quer depende totalmente do Poder Executivo, não depende de nós. Quero dizer que não considero ser irresponsável gerir R\$ 11.000,00 (onze mil reais) por mês, porque, no PPA, estou votando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para o Distrito Federal. E não estou sendo irresponsável ao destinar os R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a que tenho direito, durante os quatro anos, conforme o PPA, porque 93% das minhas emendas vão para minha cidade, São Sebastião. Até me questionaram se eu não ia apresentar emenda para atender outro lugar. Respondi que devo muito à minha cidade.

Esta Casa é importante. O pouco que fazemos por mês é com esse recurso.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	62

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, nesta Casa, não estamos assistindo a uma aula de geografia, mas eu queria lembrar alguns companheiros de que existem pequenos vilarejos, no Distrito Federal, como Capão Gordo, Lajeado... Alguém sabe onde fica Lajeado ou Água Quente? Ou Cariru? Quem já andou naquelas ruas? O povo desses vilarejos nos recebe muito bem. Convido alguns Parlamentares a visitar Água Quente.

O mandato parlamentar existe para representarmos a população, para irmos aonde a população está. Até acredito que o Deputado Reguffe estivesse muito bem intencionado em sua proposta, mas não se pode retirar do parlamentar aquilo de que ele mais precisa: estar junto à população, que normalmente cobra nossa presença. Se assim não for, daqui a quatro anos, ao chegarmos aos lugares, o povo nos perguntará: "Você é o 'candidato copa-do-mundo'?"

Recentemente, eu e a minha equipe tivemos a oportunidade de visitar 1.500 residências de Água Quente em dois meses. Nossa visita não foi à Asa Sul, que tem uma boa situação econômica e um razoável índice de qualidade de vida.

Quero deixar claro para o Deputado Rogério Ulysses, merecedor de meu respeito como poucas pessoas, que apresentei emendas para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	63

Guará, mas também para Água Quente, por exemplo. Entendo a situação de V.Exa. em relação a São Sebastião.

Quanto à ética, poderíamos reduzir a verba indenizatória, mas não para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), valor que não se coaduna com a realidade do mandato parlamentar. Temos de ter transparência para que seja possível a aprovação das matérias nesta Casa. É impossível manter-se o mandato parlamentar com verba indenizatória de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Já estão disponíveis na *Internet*, apenas para lembrar – e não precisou de nenhum projeto de lei –, as contas da Câmara Legislativa. Nos últimos dezesseis anos, esses dados nunca foram disponibilizados. Dentro de vinte dias, se Deus quiser, também colocaremos na *Internet* os dados sobre a verba indenizatória.

Quero lembrar que já aprovamos, por meio de um ato da Mesa, a análise de admissibilidade; já reduzimos, no Orçamento, aproximadamente R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Estamos respeitando o Regimento Interno como nunca – projetos não vão ao plenário sem serem aprovados, pelo menos, por duas comissões. Temos tido audiências públicas, como a que houve hoje sobre transporte público... Essas audiências, apesar de muito duras, são interessantes para a sociedade. Tenho certeza de que, daqui a pouco, ao votarmos o próximo item da pauta, aprovaremos um projeto que impedirá o nepotismo nesta Casa. Seremos a primeira Câmara do Brasil, a primeira Assembléia Legislativa a fazer isso.

Sinto-me orgulhoso de fazer parte desta legislatura.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	64

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada do item nº 7 da pauta. É uma proposta de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Acatada a solicitação de V.Exa.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 7/2007, de autoria dos Deputados Alírio Neto, Aylton Gomes, Batista das Cooperativas e outros, que "veda a nomeação das pessoas que especifica em cargos em comissão, funções de confiança e gratificações da estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria não receberá parecer das comissões, pois está em 2º turno, mas eu gostaria de discuti-la, já que não estive durante a discussão da matéria em 1º turno. O que quero é apenas reforçar as palavras de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	65

Esta Casa Legislativa dá, neste momento, exemplos positivos ao nosso País. É a primeira Casa Legislativa do Brasil – como V.Exas. sabem, eu faço parte da União Nacional dos Legislativos Estaduais – que aprova um projeto dessa natureza e dessa magnitude, muito discutido e construído pelos vinte e quatro Parlamentares desta Casa. Amanhã, provavelmente – espero que não ocorra – o que veremos nas matérias dos jornais serão os aspectos negativos. Entretanto, esta Casa tem o dever de dizer à população o quanto tem sido corajosa ao acabar com o voto secreto, ao aprovar pela primeira vez na história do Poder Legislativo do Brasil o fim do nepotismo. Este é um aspecto importante, pois alguns já estavam dizendo que esta Casa não iria aprovar este projeto. Alguns até já estavam dizendo que o Governador José Roberto Arruda enviaria um projeto que seria votado antes desse.

Por tudo isso, parabenizo esta Casa e os Parlamentares por esta votação. Fiz questão de não entrar no mérito das outras matérias discutidas anteriormente – cada um saberá interpretar minha posição. Não comentei até por uma questão de respeito, pois penso que se eu fosse comentar aquele conjunto de matérias discutidas, provavelmente iria qualificá-las ou criar adjetivos até duros para aqueles que as apresentaram.

Devemos fiscalizar. Esta Casa abriu a oportunidade para que o Parlamentar não receba verba indenizatória se assim o desejar, como também para não utilizar a verba de gabinete ou não receber a indenização, a verba indenizatória – e não o 13º ou o 14º, pois isso é uma falácia, uma mentira, algo que não existe como salário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	66

Aliás, talvez muitos não saibam, mas, desde a Constituição de 1988, a Constituição que juramos respeitar, os Deputados não têm mais salário, não mais existe essa nomenclatura. Quem diz isso está mentindo à população, pois o Parlamentar recebe subsídios. O chamado 13º ou 14º salários, como estão sendo classificados, é verba indenizatória, portanto, passível de ser aceita ou não pelo Parlamentar. Por exemplo, quando um Parlamentar viaja a serviço da Câmara Legislativa, recebe uma indenização a título de diárias. Caso o Deputado queira recusar, pode fazê-lo. É bom que se esclareçam algumas questões em relação a esse ponto, pois a população, infelizmente, está sendo mal esclarecida.

Então, Sr. Presidente, parablenzo os vinte e quatro Parlamentares pela aprovação dessa matéria que trata do fim do nepotismo.

Parablenzo, principalmente, o Deputado Chico Leite, um lutador, e a Deputada Erika Kokay, primeira Deputada a apresentar o projeto de emenda à Lei Orgânica. Deputada Erika Kokay, penso que devemos continuar insistindo com esta emenda, porque ela trata de todos os Poderes.

De qualquer maneira, parablenzo esta Casa pelo exemplo que está dando a todas as demais casas legislativas do País.

Sr. Presidente, V.Exa. deve usar a verba que aqui temos para publicidade, para dar à população o direito de conhecer aquilo que estamos fazendo de positivo nesta Casa Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	67

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em uma casa coletiva, as vitórias são sempre coletivas. Em uma casa de muitas visões, só é sólido aquilo que é construído devagar, pouco a pouco, passo a passo, com recuos e avanços. Mas com uma construção, de maneira tal, que não seja apenas a fotografia, mas o que fortemente se coloca segurando-a.

Sr. Presidente, lembro-me de que, quando propus este projeto, ainda em 2003, ele foi aqui e ali motivo de chacota, aqui e ali motivo de achincalhe da atividade legislativa. Algumas vezes, até em entrevistas, eu tive de enfrentar um debate sobre o *nonsense*, porque é comum, num processo que vem da Revolução Francesa, que o Poder Executivo queira desqualificar o Poder Legislativo a ponto de tornar o fiscal descredenciado a fiscalizar. Essa é que é a grande obra do Poder Executivo, seja qual for o governo. Quanto mais desqualificado o fiscal, menos poderá fiscalizar, menos poderá apontar equívocos, menos terá crédito para falar, para debater e se posicionar.

Sr. Presidente, no início desta legislatura, procurei V.Exa. em seu gabinete e lhe disse que se fosse para aprovarmos essa e outras matérias que corrigissem alguns equívocos de rumo, eu abriria mão pessoalmente da autoria do projeto. V.Exa., com a altivez e o amadurecimento que possui, entendeu que esse era o melhor caminho. Eu disse que abriria mão dos projetos relativos ao fim do nepotismo, da imunidade parlamentar processual, que está para vir a Plenário, como outrora já dissera ao Presidente Fábio Barcellos, na ocasião, que abriria mão do projeto que pôs fim ao voto secreto parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	68

Pois bem, Sr. Presidente. Abri mão. Todos os Parlamentares se conjugaram numa subscrição que reuniu a vontade coletiva construída. Alguns que eram contrários ficaram a favor; outros, que ainda estavam pensando, refletiram e se posicionaram. Mais uma vez, Sr. Presidente, numa construção coletiva, esta Casa dá um passo que nenhuma outra casa no Brasil deu até hoje: Esta Casa, a partir de agora, proíbe que recursos públicos sejam utilizados para engordar o orçamento doméstico. O projeto foi subscrito por vinte e três parlamentares. Apenas não o subscreveu o Deputado Brunelli, que estava de licença médica, mas posicionou-se favoravelmente. O projeto preservou, em primeiro lugar, o concursado, o servidor efetivo, proibindo a chamada barriga de aluguel, as hipóteses de nomeação em qualquer cargo em comissão da Casa. É um projeto elaborado de maneira tal que dá exemplo de moralidade não somente à população do Distrito Federal, mas a todo o Brasil.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que é necessário que essa solidez, construída assim, bem devagar, seja mostrada como sendo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Antes de esta Casa existir, um governador deu ao Parque da Cidade, que pertence ao povo de Brasília, o nome de seu filho. Antes de esta Casa existir, ninguém sabia o que se fazia com os recursos que eram destinados por uma comissão longínqua do Senado, a nossa Lei Orçamentária. Não existia fiscalização de nada. Hoje, pelo menos, podemos ver quem se posiciona e de que forma se posiciona.

Portanto, quero dizer que S.Exa. é responsável por essa vitória, porque se comprometeu deste o primeiro momento. Quero dizer também ao Deputado Reguffe que S.Exa. é responsável também por isso, porque na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	69

campanha, nos debates, sempre defendeu essas idéias, subscrevendo esse projeto, que hoje será lei no Distrito Federal. Parabéns a S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que esta Casa está muito próxima de dar um passo extremamente decisivo e inédito – eliminando o que é imoral, embora não ilegal – e de dialogar com a sociedade, olhando-a “olho no olho”. Vamos jogar à margem da lei a possibilidade de resolução – como disse o Deputado Chico Leite – do orçamento doméstico com o orçamento público. Vamos dar um passo e colocar à margem da lei, dentro desta instituição, a possibilidade de que se enviessem os pareceres e as posições, na medida em que parentes nossos ocupem cargos comissionados. Acho que estamos prestes a dar um passo inédito, em função do qual, somado ao seu caráter essencialmente moral, dará o exemplo ao conjunto das Casas Legislativas estaduais deste País.

Este projeto, inicialmente, teve como autor o Deputado Chico Leite, que o apresentou a esta Casa ainda em fevereiro de 2003. Muitas vezes, achamos que a Casa não dá respostas com a urgência requerida pela sociedade e pelo nosso clamor moral e ético. Contudo, tenho a convicção cada vez maior da necessidade de fazermos as grandes mudanças, como têm de ser feitas, de forma tecida. O que é tecido, o que é construído tem sustentação e pode realmente mudar o curso de uma Casa Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	70

Este projeto tem uma importância imensa. Uma vez vedado e ilegal o nepotismo dentro desta Casa, abre-se espaço para que possamos analisar um projeto de emenda à Lei Orgânica, inicialmente de minha autoria. A matéria, apresentada a esta Casa também em fevereiro de 2003, veda o nepotismo também no Poder Executivo e no Tribunal de Contas. Impede que titulares de quaisquer órgãos, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, mantenham parentes em cargos comissionados no Tribunal. Penso eu que esta Casa tem de caminhar não apenas na direção de vedar o nepotismo dentro dela mesma, mas também no conjunto dos poderes públicos do Distrito Federal. Não adianta somente moralizarmos os nossos procedimentos. É necessário que esses ventos, emanados da decisão que estamos prestes a tomar, consigam varrer todo o tipo de contratação eivada de nepotismo no Poder Executivo e no Tribunal de Contas. Infelizmente, não podemos legislar sobre o Poder Judiciário ou sobre o Ministério Público, pois, no Distrito Federal, trata-se de competência da União. Este projeto de lei e o projeto de emenda à Lei Orgânica – que já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e hoje se encontra com o Deputado Pedro Passos, relator da matéria, eleito pela comissão especial, que possivelmente entregará o parecer amanhã – avançarão na perspectiva de que possamos alterar a Lei Orgânica do Distrito Federal. Espero que possamos dizer que, pela ação dos vinte e quatro Parlamentares, pela ação desta Casa – que se comprometeu com uma agenda ética –, eliminamos o nepotismo em todo o Distrito Federal.

Por fim, digo que isso é primar pela ética e pela moralidade. Mas creio que primar pela ética, Deputado Chico Leite, é, além disso, impedir que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	71

as pessoas sejam alojadas em colchões nos corredores dos hospitais, é impedir que as pessoas tenham de estudar em escolas completamente destruídas. A função de um Parlamentar é trabalhar nisso. Essa é a função que cabe a uma verba de indenização e a uma estrutura de gabinete, na perspectiva de que possamos exercer a ética de todas as crianças em uma boa escola, assim como a ética de não vermos nenhuma criança deixando de ser criança antes do tempo. Essa é a ética em que esta Casa tem de se pautar.. Com certeza, esta Casa se pautará nisso, para cumprir um ideal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores da Casa, quero dizer que votei favoravelmente à matéria, em 1º turno, e também o farei em 2º turno. Estou em meu terceiro mandato. Fui suplente nos dois primeiros mandatos. Desde o meu primeiro mandato, não tive um só parente contratado em meu gabinete ou nas demais estruturas da Casa, quer seja de primeiro, de segundo ou de terceiro grau.

Em que pese a intenção e a boa vontade, tenho a dizer que há injustiças em relação a isso, pela demonstração de que todos os parentes dos Deputados são incompetentes ou de que não servem para trabalhar na Casa.

Quero dizer a todos que a sociedade não mais aceita isso, até porque a opinião pública, muitas vezes formada pela opinião publicada,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	72

certamente faz com que repensemos essa questão. Confio e acredito nos meus parentes.

Votarei hoje favoravelmente ao fim do nepotismo, até mesmo pela forma como essa questão vem sendo trabalhada. Ela extrapolou os limites do bom senso e da razoabilidade.

Portanto, votarei favoravelmente à matéria, mas deixo registrado que acredito nas pessoas com as quais convivo, acredito nos meus parentes, muitos dos quais poderiam trabalhar nesta Casa. Entretanto, por uma questão de foro íntimo, não os tenho desde o primeiro dia do meu primeiro mandato como suplente nesta Casa.

Quero cumprimentar o Deputado Reguffe pela bravura de ter exposto convicções e idéias. Votei com as minhas convicções. Votei contrariamente por nunca ter ido a qualquer lugar para dizer aos eleitores que eu iria rebaixar salário, verba de gabinete ou verba indenizatória. A minha campanha foi baseada em idéias, foi pautada no zelo com o dinheiro público, como V.Exa. bem expôs aqui. Fui às ruas para dizer por que tirei dinheiro da compra de helicóptero para investir na educação quando fui relator do Orçamento. Fui às ruas para dizer que eu, o Deputado Paulo Tadeu e vários outros Deputados limitamos o valor do IPTU ao INPC, que muitas vezes era cobrado pelo Governo com percentuais absurdos. Fui às ruas para tirar o dinheiro que queriam usar em obras complementares da Ponte JK – mais de cinquenta milhões de reais – para investir na saúde e na educação. Fui às ruas para que a quantia de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) de arrecadação do Orçamento do Governo do Distrito Federal pudesse ser fiscalizada pela população do Distrito Federal. Meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	73

eleitor e minha base me cobraram exatamente isto: "Eu quero, Leonardo Prudente, que você fiscalize, que você acompanhe o destino dos R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais). Eu não estou preocupado com os R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que você usa para o ressarcimento do seu mandato. Preocupa-me como, quanto e onde o Governo está gastando". E desta forma fui eleito.

Saúdo o Presidente da Casa por ter trazido à deliberação os projetos do Deputado Reguffe, para que todos nós, de forma clara e transparente, pudéssemos nos posicionar a respeito deles.

Parabéns, Deputado Reguffe. Parabéns, Deputado Chico Leite, que lutou tanto pelo tema do nepotismo. Hoje votarei com V.Exas. favoravelmente à matéria, com certeza, com o apoio de vários outros Deputados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Chico Leite, lembrei-me, no dia de hoje, de uma frase que eu ouvia muito nas ruas, principalmente na minha base eleitoral, a cidade de Planaltina, quando eu falava das nossas propostas. Os eleitores indagavam-me: "Berinaldo, lá são vinte e quatro Deputados. Você sozinho não conseguirá nada porque depende dos demais." Hoje estou tendo uma grande lição: o eleitor tinha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	74

razão. Esta é uma Casa coletiva, que se constrói todos os dias com diálogo, com conversa, com negociação.

Quero parabenizar o Deputado Chico Leite, pois hoje esta Casa fará história e servirá de exemplo para outras casas legislativas. Eu gostaria que a imprensa desse ênfase a isto: a questão do nepotismo. É algo inédito. O Deputado Chico Leite está com esse projeto desde 2003, buscando o consenso, que chegou agora para o bem do Distrito Federal e, talvez, para o bem das casas legislativas, que, com certeza, adotarão iguais medidas.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento em particular. Quando o Deputado Reguffe estava ansioso, preocupado com o porquê de suas matérias não irem a plenário, perguntei ao Deputado Alírio Neto: “Deputado, as proposições do Deputado Reguffe vão a plenário?” S.Exa. respondeu: “Vão, porque esta é a Casa do Povo”.

Deputado Reguffe, V.Exa. está aqui por concessão do povo. Todas as suas idéias, sejam ou não a favor delas, virão a plenário para serem votadas à luz da sociedade. Agora, temos de ter a consciência de que um mandato se constrói no dia-a-dia e a sua manutenção não é fácil para quem anda em todo o Distrito Federal, de domingo a domingo. Muitas vezes, a corrupção existe em nosso País porque não temos uma mão-de-obra qualificada, bem remunerada. A polícia fora do Distrito Federal, às vezes, é uma das mais corruptas, porque o salário é baixo. Portanto, o Deputado deve ter, sim, subsídio para manter o seu mandato, para não depender de “trapincolada” para sobreviver, de esqueminha para manter o seu mandato.

Isso é um desabafo, mas um desabafo sincero. Muitos poderiam ter omitido suas opiniões, mas todos expressaram o seu ponto de vista com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	75

sinceridade. Esta Casa mostra para o Distrito Federal que é democrática quando traz para a pauta do dia todas e quaisquer matérias dos Parlamentares.

O Deputado Reguffe está de parabéns porque os seus projetos foram apreciados em tempo recorde. Prova disso é o projeto do nepotismo que está aqui desde 2003. A sociedade ganha com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/05/2007

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO ☐ APRECIADA REDAÇÃO FINAL ___/___/2007
☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO/EMENDA(S) ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) ☐ SUBSTITU
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMA ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☒ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) 7/07
☐ MOÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº(S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº(S) _____
☐ OUTROS _____

Autor: Deputado(a): Vários Deputados ☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PR	X				X
	AYLTON GOMES - PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				X
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	JAEQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	LUZIA DE PAULA - PSL	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO PASSOS - PMDB	X				
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÓNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				X
	TOTAL	20			04	

*PS - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PR Nº 07/07

Folha nº 34



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	76

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus para declaração de voto.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (Sem partido. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve até porque a maioria dos Deputados já falou e sinto-me contemplado com a fala de todos que aqui vieram. Agora, eu não poderia deixar de justificar meu voto, até porque defendo esta matéria desde que fui eleito em 1998.

Minha família é oriunda do Rio de Janeiro. Só tenho um irmão aqui em Brasília, mas, por uma questão de ética e para que eu não entrasse em confronto com meu próprio discurso, não o contratei.

Fico feliz por esta Casa dar uma resposta, Deputado Chico Leite, a todo o País. Acredito que essa postura que estamos tomando nesta Casa será benéfica. Todos nós, Deputados, estamos satisfeitos em poder votar essa matéria.

Parabenizo todos os companheiros por essa votação expressiva, que será um espelho para este País.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, quero aproveitar esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	77

oportunidade para parabenizar todos os Deputados desta Casa. Faço política partidária desde 1979 e tenho me espelhado muito em uma pessoa pública, que é Roberto Freire, que respeito muito. Há muitos anos, desde a Constituinte de 1988, S.Exa. defende o antinepotismo no Legislativo. Aprendi com ele – e aí, Deputado Chico Leite, quero fazer uma referência especial a V.Exa. e a todos os Parlamentares – que, no processo legislativo, tudo se trabalha, como bem disse o Deputado Berinaldo Pontes, de forma coletiva.

A ação magnânima do Deputado de abrir mão da autoria do projeto, naquele momento, no início desta legislatura, com seu trabalho de persuadir cada Parlamentar, tornou real a possibilidade de aprovação de um projeto que muitos consideravam impossível na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esta é a primeira casa legislativa, em nível estadual, a adotar o projeto do antinepotismo.

Estamos todos nós de parabéns. Sei que, dificilmente, amanhã, na imprensa, teremos a oportunidade de ter isso reconhecido, talvez não pela falta de acompanhamento dos companheiros jornalistas desta Casa, mas pela relevância das outras matérias que também foram votadas hoje.

Poderíamos ter colocado na pauta de hoje, Deputado Chico Leite, um projeto de resolução que disponibiliza as contas desta Casa na *Internet* e, no entanto, por meio da competência da Vice-Presidência e da CMI, as nossas contas já estão na *Internet* há uma semana. Poderíamos ter aprovado um segundo projeto que prevê a disponibilização da verba indenizatória na *Internet*. Esse compromisso, a Mesa Diretora já assumiu e acreditamos que, em quinze dias, estaremos com isso na *Internet*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	78

Poderíamos, de forma demagógica, ter incluído esses dois itens na pauta para dizer que aprovamos uma pauta mais ampla; porém, a sinceridade e a transparência desta legislatura não nos permite isso; a sinceridade de vermos pessoas como o Deputado Leonardo Prudente assumindo que tinha dificuldade em votar o projeto porque tem parentes extremamente competentes – e tem, porque os conheço. S.Exa. tem uma prima concursada, e de muita competência, que já trabalhou nesta Casa com vários Parlamentares. Não é verdade, Deputado?

Quero deixar claro que foi graças à competência de todos os Parlamentares, em especial a do Deputado Chico Leite, que este projeto foi aprovado.

Estamos todos de parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para declaração de voto.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente, hoje é um dia histórico nesta Casa com a aprovação deste projeto do nepotismo.

Eu, como Relator da matéria, não poderia deixar de falar que, além de concordar com o Projeto, fui mais fundo um pouco com a emenda que determinou que as empresas que têm parentes ou funcionários ou Deputados aqui dentro não poderão ser contratadas, o que melhorou muito o projeto, Deputado Chico Leite.

Então, eu não poderia deixar de dizer isto. Eu poderia até ser contrário, pois tenho uma filha cientista política, com pós-graduação, que foi coordenadora da minha campanha, e nem sequer pensei em trazê-la para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	79

cá, porque muitos extrapolam, querem trazer toda a família. Eu achava que precisávamos cortar esse mal pela raiz.

Está de parabéns o Parlamento do Distrito Federal. Estão de parabéns todos os Deputados, o Deputado Chico Leite, que trava essa luta árdua há anos. Nós podemos agora concretizar este sonho.

Eu queria parabenizar um deputado guerreiro, um deputado lutador que hoje disse que saiu baqueado. V.Exa. não saiu baqueado, Deputado Reguffe, V.Exa. saiu engrandecido. Posso discordar de algumas questões suas, mas V.Exa. é guerreiro, é lutador e veio brigar por suas idéias, por seus ideais. Parabéns! Isso fortalece a democracia e fortalece a participação de todos.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concluídas as intervenções para declaração de voto, votaremos o último item da Ordem do Dia.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Clara Terko Takaki Brandão”.

Solicito ao Deputado Pedro Passos que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 12 de 2007, da Deputada Luzia de Paula,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	80

que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Clara Terko Takaki Brandão”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos de parecer favorável à aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. ✓
Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. ✓
Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem/ revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante a campanha, eu apresentei a proposta de retirar das atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	81

a concessão de títulos de Cidadão Honorário, até por considerar que o papel do Poder Legislativo é legislar e fiscalizar o Poder Executivo, e não ficar dando comendas honorárias.

Agora, eu bem que queria votar favoravelmente, até porque a Deputada Luzia de Paula é talvez a Deputada mais educada comigo nesta Casa e sempre foi muito atenciosa. Mas, para cumprir meu compromisso de campanha, apresentei um projeto retirando das atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal a função de conceder título de Cidadão Honorário e, por uma questão de coerência, vou votar contra todos os projetos que concedem esse título.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o projeto foi aprovado pela maioria dos Deputados, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Clara Terko Takaki Brandão".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02/05/2007B	15h	3ª Sessão Extraordinária	82

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO LUZIA DE PAULA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos Parlamentares, que, depois de uma jornada tão dura, tiveram tanto carinho para com o projeto que esta humilde Deputada apresentou.

Os meus sinceros agradecimentos à Mesa Diretora e à Presidência pela compreensão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se amanhã, logo após sessão ordinária, para votação das matérias em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h35min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 15 de Maio de 2007
Assessoria de Planejamento

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 2 DE MAIO DE 2007.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Alírio Neto, Dr. Charles e Paulo Tadeu.

SECRETARIA: Deputados Paulo Tadeu e Aguinaldo de Jesus.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 17 horas e 45 minutos.

TÉRMINO: 20 horas e 35 minutos.

ATA SUCINTA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2 DE MAIO DE 2007.

REVISORA: Ana

CHEFE DO SETAS: Wandilson

(A/SR/CR)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Alírio Neto):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 1º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE LEI Nº 267/07** (Mens. nº 82/07), de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências”.

– Parecer favorável do relator da CAS, Deputado Milton Barbosa, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Aylton Gomes. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

(2º) **ITEM 2:** Discussão e votação, em 1º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE LEI Nº 276/07** (Mens. Nº 80/07), de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB a participar de uma sociedade de propósito específico e dá outras providências”.

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Milton Barbosa, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 5 votos contrários.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 5 votos contrários

(3º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE LEI Nº 2/07**, de autoria do Deputado Pedro Passos, que “Altera a Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que ‘Dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de tratam os Arts. 27, § 2º, e 28, §2º, da Constituição Federal”.

Obs.: Em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 3/07**, de autoria do Deputado Reguffe, que “Revoga o § 3º do Art. 1º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, que ‘Dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os Arts. 27, § 2º, e 28, §2º, da Constituição Federal”.

– Parecer favorável do relator da Mesa Diretora, Deputado Brunelli, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** com 15 votos favoráveis e 7 votos contrários. Houve 2 ausências.

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Aylton Gomes. **APROVADO** por votação em processo simbólico (22 deputados presentes). Houve 7 votos contrários.

– Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (22 deputados presentes). Houve 7 votos contrários.



(4º) **ITEM 6:** Discussão e votação, em 1º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/07**, de autoria do Deputado Reguffe, que "Altera a Resolução nº 201, de 2003, que 'Dispõe sobre os cargos em comissão na estrutura administrativa da CLDF e sobre a composição do Gabinete Parlamentar'".

– Parecer contrário do relator da Mesa Diretora, Deputado Aguinaldo de Jesus. **APROVADO** com 20 votos favoráveis. Houve 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Pedro Passos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Votação do projeto em 1º turno. **REJEITADO** com 20 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 3 ausências.

(5º) **ITEM 8:** Discussão e votação, em 1º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/07**, de autoria do Deputado Reguffe, que "Altera o Decreto Legislativo nº 966, de 2002, que 'Dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências'".

– Parecer contrário do relator da Mesa Diretora, Deputado Paulo Tadeu. **APROVADO** com 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Pedro Passos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

– Votação do projeto em 1º turno. **REJEITADO** COM 20 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 3 ausências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(6º) **ITEM 5:** Discussão e votação, em 2º turno, em REGIME DE URGÊNCIA, do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7/07**, de autoria de vários deputados, que “Veda a nomeação das pessoas que especifica em cargos em comissão, funções de confiança e gratificações da estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal”. **APROVADO** com 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

(7º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2007**, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Clara Terko Takaki Brandão”.

– Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Pedro Passos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes). Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

– Votação do projeto em turno único. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes). Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**



3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado):

- Convoca os deputados para a sessão extraordinária a realizar-se amanhã, após a sessão ordinária.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário